

Wanessa Pires Lott

CENAS FESTIVAS DA/NA CIDADE DE BELO HORIZONTE:

1897-1922

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2009

Wanessa Pires Lott

CENAS FESTIVAS DA/NA CIDADE DE BELO HORIZONTE:

1897-1922

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Antropologia Social

Orientador: Prof.^a Dr.^a Léa Freitas Perez

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2009

Wanessa Pires Lott

CENAS FESTIVAS DA/NA CIDADE DE BELO HORIZONTE:

1897-1922

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Léa Freitas Perez - UFMG
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Modesto - UFMG

Prof.^a Dr.^a Mara Regina do Nascimento - UFU

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2009

Para meus pais e Wander.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível de ser realizado devido à ajuda de algumas a quem gostaria agradecer especialmente.

À orientadora e amiga Léa Freitas Perez, não só pela leitura atenta e as excelentes aulas ministradas no decorrer do curso, como também pelos momentos festivos que passamos juntas.

Aos colegas de mestrado, em especial à Juliana e ao *Cirque du 'Soleia'*.

Aos meus pais, Wécio e Lúcia, ao meu irmão Wander que, mesmo de longe, sempre esteve atento a minha escritura. À vovó Maria, tia Lú, tia Zena e tia Alice pelo carinho. À Rita, Ângela, minha “boa-drasta” Vânia.

Às minhas grandes amigas Gi e Celle, que me “tiravam” sabiamente do mundo dos estudos. À Shine por um jeito especial de me divertir.

Aos meus alunos por me darem a oportunidade de pensar em voz alta no decorrer das aulas.

LOTT, Wanessa Pires *Cenas festivas da/na cidade de Belo Horizonte: 1897-1922*. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RESUMO

Belo Horizonte é inaugurada em 1897 para ser a capital do estado de Minas Gerais e um símbolo do regime republicano no Brasil. Apesar de ser construída em prol dos valores laicos da modernidade, epifaniza, por meio do modo de festejar de seus moradores, valores da tradição. Neste sentido, a cidade não separa totalmente dos valores da tradição e da religião e nem agrega totalmente os valores da modernidade e da laicidade. Belo Horizonte coloca-se no estado limiar em relação à separação e à agregação dos valores pontuados. A dissertação trata das *cenas* festivas na/da cidade de Belo Horizonte no período da inauguração (12 de dezembro de 1897) até a festa do Centenário da Independência do Brasil (07 de setembro de 1922). Pretende perceber os valores epifanizados pelos festejos religiosos e cívicos. O campo historiográfico-etnográfico é delimitado pelos jornais da Coleção Linhares Digital e o arcabouço teórico tem como base a história e a antropologia.

Palavras-chave: Antropologia, História, Festa, Belo Horizonte.

LOTT, Wanessa Pires *Festive scenes of /in the city of Belo Horizonte: 1897-1922*. 122f. Dissertation (Master Degree in Anthropology) – Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SUMMARY

Belo Horizonte is inaugurated in 1897 to be the capital of Minas Gerais and a symbol of the Republican regime in Brazil. Despite being built for the values of secular modernity, of the epiphany, by the way of celebration of its people, values of tradition. In this sense, the city does not separate completely the values of tradition and religion and do not aggregate the values of modernity and secularism. Belo Horizonte places in the state threshold for the separation and the aggregation of values. The dissertation deals with festive scenes of /in the city of Belo Horizonte in the opening period (12 December 1897) to the centenary celebration of the Independence of Brazil (07 September 1922). Want to understand the values of the epiphany by religious and civic celebrations. The historiographic, ethnographic field is bounded by the newspapers of the Digital Collection Linhares theoretical and is based on history and anthropology.

Key words: Anthropology, History, Party, Belo Horizonte.

306
L884c
2009

Lott, Wanessa Pires

Cenas festivas da/na cidade de Belo Horizonte
[manuscrito] : 1897-1922 / Wanessa Pires Lott. - 2009.

122 f.

Orientadora: Léa Freitas Perez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia - Teses. 2. História - Teses. 3. Festas populares – Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Perez, Léa Freitas . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH. III. Título.

*La fête, éphémère, brise parfois le cours d'une histoire.
Mais si périssable soit-elle,
elle engendre des semences d'idées et de désirs,
jusque-là inconnus, et qui, souvent, lui survivent.*
(Duvignaud, 2006)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE 1 – OS PRIMEIROS ENSAIOS.....	25
1.1 A tradição barroca de Vila Rica e do Arraial do Curral D’El Rey.....	26
1.2 O espaço das <i>cen</i> as: apresentando Belo Horizonte.....	35
1.3 Intimidade, privacidade e espaços públicos.....	45
PARTE 2 – A CIDADE <i>EM CENA</i>	87
2.1 Epifanização do religioso.....	88
2.2 Epifanização do cívico.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

INTRODUÇÃO

As festas se apresentam como objeto privilegiado de estudo de diversas áreas do conhecimento, possibilitando várias abordagens e distintos olhares acadêmicos. Dentre os muitos, há a perspectiva de análise da festa em oposição ao trabalho, sendo incorporada ao âmbito do lazer popular, ao tempo livre “justamente porque nestas horas – apesar das limitações impostas pela pobreza – o trabalhador escolhe. Entre o futebol de várzea, o circo, a festa de aniversário ou a excursão a Aparecida do Norte, há campo para decisão” (Magnani, 2003: 15).

Outros trabalhos tomam-na como instrumento de poder, como por exemplo os estudos das festas do Brasil colônia: “O Estado português, promotor e gestor da festa, deveria gerenciar, ou suprimir quando necessário, para manter o caráter pedagógico da festa como lugar de definição de posições sociais e dos deveres e franquias a elas inerentes, que caberia a todos reciprocamente respeitar, em termos de uma escala hierárquica de riqueza, prestígio e poder, que a festa explicita e ao mesmo tempo ajuda a consolidar” (Montes, 2006: 03).

A lógica do poder na hierarquia no Brasil colonial epifanizada nos rituais festivos é também foco das autoras Del Priori (2000), Kantor (1996) e Mello e Souza (2001). A organização hierárquica da sociedade colonial é lida por meio das procissões festivas, já que, por meio da disposição dos participantes e das indumentárias utilizadas, pode-se compreender como a sociedade se organiza. Em contra-ponto, Roberto DaMatta (1979) busca na organização do momento festivo carnavalesco não a ordem, mas a inversão social de um mundo às avessas.

Uma forma recorrente nos estudos de festa é utilizá-la como um pano de fundo de análise das cidades. Dentre os vários exemplos, destaco *Parati a cidade e as festas*, onde a autora busca “estudar Parati vista a partir das suas festas” (Souza, 1994: 13).

E por que escolher a festa como objeto de estudo já que por muitas vezes foi esquecida no *hall* de temas da história ou analisada como mero elemento ritual na antropologia?

Porque a festa pode ser entendida na sua própria e singular realidade e dinâmica, configurando-se como uma importante forma de entendimento das variadas maneiras de viver a experiência humana em coletividade. O foco nas festas possibilita um caminho para o entendimento da sociedade, uma forma de ler por meio de um evento as estruturas e as organizações sociais. As festas são ditas com fato social total, ao responder ou perguntar questões ligadas a uma sociedade.

Não obstante os caminhos possíveis de exame da festa, nesta dissertação o recorte teórico-metodológico se dá com base nas várias possibilidades que a história e a antropologia apresentam para o objeto em questão. Tal escolha aporta no fundamento por mim adquirido nas disciplinas cursadas no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma universidade. Caminho este percorrido devido ao meu interesse pessoal na temática festa.

O primeiro curso me apresentou a festa, mas como “a história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços do que com os seus divertimentos”, busquei os trajetos percorridos pela própria história, encontrando a antropologia, uma vez que as festas tornaram-se “com pleno direito, objeto da história, deve-se isso à dupla instigação do folclore e da etnologia” (Ozouf, 1976: 217).

Sendo assim, procuro destacar a festa sobre o olhar entrecruzado da história e da antropologia. Na história a festa ganha evidência pela Escola dos *Annales* ou Nova História, que dava seus primeiros passos no final da década de 1960 e recebeu forte

influência da antropologia estruturalista. Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da escola em questão, propunham o estudo da história desacelerando o tempo histórico e focando nas mentalidades, além de apresentar de forma outra os objetos. A festa deixa “o território do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador das clivagens, tensões e representações que atravessam uma sociedade” (Chartier, 2004: 22). Na antropologia clássica, a festa tem destaque nos estudos da religião, uma vez que as festas religiosas pertencem ao espaço/tempo do sagrado, onde há um corte com o cotidiano, com suas limitações ordinárias, possibilitando um retorno ao espaço/tempo da origem, da criação, do caos inicial. Na festa, o indivíduo e o grupo rompem com as pequenas preocupações cotidianas, vivenciando um tempo de intensas emoções, retornando aos primeiros tempos da criação para que haja uma revigoração do ser, um reencontro com a plenitude da vida para enfrentar o ciclo rotineiro.

A festa institui uma abertura para o Grande Tempo, o momento em que os homens abandonam o devir para alcançar o reservatório das forças todo-poderosas que o paraíso primordial aciona. Realizada nos templos, nas igrejas, nos lugares santos, figuram da mesma forma aberturas para o Grande Espaço, aquele onde evolucionavam os antepassados divinos e os espaços consagrados, são os marcos perceptíveis que continuam conexos aos gestos decisivos dos criadores (Callois, 1988).

História e antropologia se complementam para a análise do fenômeno festivo. E mais do que trabalhar separadamente com cada uma, pretendo colocá-las em relação, destacando algumas interfaces teóricas para compreensão do objeto de estudo desta dissertação: as festas de Belo Horizonte no período da inauguração da cidade, dia 12 de dezembro de 1897 até a festa do dia 07 de setembro de 1922.

Por que a festa de 07 de setembro de 1922?

A festa foi por mim eleita como um marco festivo, pois neste dia comemorou-se o Centenário de Independência do Brasil aliado à festa de inauguração da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, mesmo esta estando inacabada. Tal festa – apesar de pouco relatada na bibliografia pertinente e nos periódicos – epifaniza as disputas por espaços e por valores na nascente capital. Enquanto parte da sociedade se mantinha arraigada nas tradições católicas mineiras, outra vislumbrava a cidade como símbolo da modernidade laica brasileira. Sendo assim, tem-se o intuito de compreender a significativa relação de uma festa cívica/profana com uma festa católica/religiosa. Esta relação nos remete a outra: modernidade / tradição, entendendo a ligação da modernidade à questão cívica/profana e da tradição à questão católica/religiosa.

Devido ao recorte temporal extenso, se fez necessário o afinamento do campo historiográfico-etnográfico, que fora margeado principalmente pela Coleção Linhares Digital – CLD. Esta reúne as publicações periódicas que circulavam em Belo Horizonte entre o final do século XIX e 1956, coletadas por Joaquim Nabuco Linhares¹.

A escolha da sociedade belohorizontina como objeto de estudo se dá por apresentar-se como um campo historiográfico-etnográfico singular. Belo Horizonte nasce sob a égide da República, sendo um dos símbolos do sistema político que se instaura e como uma resposta às desvinculações da Igreja Católica e do Estado. A configuração urbana e a inserção da população seguem os valores positivistas de ordem e de progresso. A cidade é planejada e construída com o intuito de ser um marco de civilidade, de desenvolvimento e de laicidade, fatores estes percebidos nas plantas modernas coordenadas pelo engenheiro Aarão Reis.

O país que nasceu à luz da modernidade europeia do século XVI, ganhou força na configuração urbana na época do auge do ouro e atingiu seu esplendor urbanístico no

¹ Na descrição de algumas festas foram utilizados também memorialistas a título de uma apresentação mais detalhada.

oitocentos. No século seguinte destaca-se o moderno desenho proposto para a capital do estado de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte. A idealização do traçado urbanístico apresenta os valores republicanos, mas outros elementos como a população e as festas, vão simultaneamente ao e de encontro aos ideais vislumbrados pela comissão construtora da nova capital.

Assim sendo, na presente dissertação o olhar se volta principalmente para as festas que povoam a sociedade belo-horizontina entre 1897 e 1922. Apesar do destaque dos festejos católicos nos periódicos locais – grande parte dos folhetins serem vinculados ou terem explícita afinidade com a Igreja Católica – as festas não giravam apenas ao redor da religiosidade católica. Outros tipos povoavam o cotidiano belo-horizontino, destacando-se o carnaval, as comemorações cívicas e as festas particulares.

Como destacado por DaMatta (1977), as festas podem ser pensadas em âmbitos de contra-poder (carnaval), de afirmação do poder (Semana Santa) e de sacralização do poder (dia da pátria). Em Belo Horizonte pode-se utilizar esta tríade e acrescentando-lhe as festas particulares. As festas privadas, em sua grande maioria, realizadas por famílias mineiras que povoavam a anterior capital – Vila Rica – e se transferiram para Belo Horizonte, afirmavam uma influência familiar/privada frente ao poder dirigente nas épocas anteriores à Proclamação da República. Tal postura vai de encontro aos preceitos de organização social igualitária previstas para a nascente capital moderna. É relevante ressaltar que, não obstante as diferenças entre os termos particular, privado, íntimo e doméstico, na presente dissertação eles serão usando como sinônimos ao se tratar das festas ocorrentes nas casas residenciais e/ou com tom de particular. Os termos se aproximam ao se oporem às festas públicas.

O que questiono é que tipo de poder quer-se contrapor, afirmar e sacralizar? Uma cidade que nasce para a laicidade, mas mantém fortemente o catolicismo, está preocupada com a afirmação de um poder cívico, religioso católico, particular?

Apesar da importância de pontuar no decorrer do texto esta disputa de poder, como dito, este não é o foco do trabalho. A riqueza do campo historiográfico-etnográfico extrapola esta possibilidade de análise e apresenta a opulência da diversidade festiva. Neste sentido, não poderia eleger apenas festas cívicas e religiosas. Elas dividem seu destaque com as demais festas ocorrentes em Belo Horizonte e com eventos que, para muitos, podem não ser entendidos como festas: as reuniões de clubes literários e carnavalescos, as reuniões de grêmios, as inaugurações de estabelecimentos comerciais, os bailes.

Tais eventos extra-ordinários são propiciadores de um efeito de aglutinação de pessoas, fator relevante para a cidade nascente que dava aos visitantes a impressão do vazio, como expresso por Monteiro Lobato: “os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses” (*apud* Julião, 1996: 63).

O campo historiográfico-etnográfico se expande com a finalidade de atingir as diversas festas celebradas em Belo Horizonte, seja qual for sua natureza. Não tenho nenhum intuito de chegar a um conceito de festa para a cidade, pois o conceito apenas organiza as idéias sobre o tema e a festa é uma realização de um momento específico que depende de condições, dentre outras históricas. Então, talvez fosse mais prudente buscar uma estrutura das festas, como proposto por Sanchis (1992). Por meio das estruturas é possível buscar a unicidade antropológica sem suprir a diversidade histórica, confundir a diferenciação aparente das festividades com a unidade profunda,

unidade esta que não se apresenta imóvel, absoluta, mas que se aproxima do “tempo longo” da Escola dos *Annales*.

Além das relevâncias teóricas que os conceitos e as estruturas têm na academia, acredito que a melhor inspiração para a presente dissertação é *cena*, no sentido apresentado por Crapanzano (2005). A *cena* afasta a idéia de uma realidade suprema e primeira, finita de significados que impede os questionamentos e a contemplação científica. Remete a uma refração da situação objetiva sem que haja a anulação da realidade objetiva. Esta está contida na *cena*, podendo, no entanto se alterar de acordo com o modo como a situação for estruturada, existindo várias possibilidades de reação de análise. A realidade contida na *cena* se torna uma experiência visionária de modo a lançar sombras sobre a própria realidade objetiva. Sendo assim, como ressalta Crapanzano, “a cena é aquela aparência, a forma ou refração da situação objetiva em que nos encontramos, colorindo-a ou nuançando-a e, com isso, tornando-a diferente daquilo que sabemos que ela é quando nos damos ao trabalho de sobre ela pensar objetivamente” (2005: 359).

Nos jornais a construção de *cenar* são inevitáveis e estruturadas de acordo com as idéias e com os valores de cada periódico. Sendo assim, as *cenar* estruturadas pelos folhetins são tomadas como experiências visionárias, como estrangimentos da realidade objetiva, como sombras lançadas sobre o real. Tais construções se dão por um complexo jogo entre interlocutores, que indexam-se a si mesmos e a um tempo dado. Os interlocutores podem ser indivíduos com que se engajem no momento da construção ou em um momento posterior, podem ser indivíduos da fantasia e da lembrança. Ou seja, “os interlocutores constituindo a si mesmos e aos outros não precisam ser indivíduos com quem alguém se engaje imediatamente”, como o caso dos jornalistas que vivenciaram a *cena* no momento de sua ocorrência (Crapanzano, 2005: 373). De outra

forma, os interlocutores podem interagir posteriormente, tal como a minha posição de pesquisadora, que participa de um momento outro, imaginando e analisando as *cenias* festivas criadas pelos periódicos. Sendo assim, “podemos conceber estas duas categorias de interlocutores em termos sincrônicos e diacrônicos ou se o leitor preferir, em termos de um eixo horizontal e um vertical cuja interseção é o momento experiencial” (Crapanzano, 2005: 373).

O jogo de indexações é parte de uma complexa dinâmica interlocutória gerida pelo discurso, governado por convenções e por negociações que definem como o discurso será estruturado. Define-se a acomodação, de um lado, de forma prática, hipócrita ou ingênua ocorrendo assim, em cada interlocução a mente de um lançando sombra sobre a do outro. Há momentos que os interlocutores abandonam o mundo intersubjetivo e cria-se uma linha da contiguidade, uma faixa escurecida que não pode ser identificada nem com a realidade nem com sua *cena*. Mas ambos não podem ser apreendidos como sujeitos separados, pois as *cenias* por estes criadas estão submetidas a um forte engajamento intersubjetivo ou dialético. Tal engajamento torna-se experiencialmente uma terceira subjetividade que eles têm que considerar tanto de dentro quanto de fora, como um analista e um analisado em uma sessão analítica (Crapanzano, 2005).

Devido à natureza do campo historiográfico-etnográfico escolhido, o jogo não será percebido no momento da festa, mas sim sob a ótica da construção da *cena* jornalística por meio de transcrições das notícias. Com este método de análise será possível buscar *cenias* que as festas apresentam para a cidade e na cidade a partir de dois olhares: o construído pelos periódicos e o construído por mim como pesquisadora. A possibilidade de identificar uma terceira subjetividade construída pelo engajamento

intersubjetivo ou dialético como sugerido por Crapanzano se mostra inviável devido à distância temporal dos indivíduos.

Escolhido o tropo a ser utilizado, apresentado o campo historiográfico-etnográfico, é hora de referenciar sobre a *démarche* metodológica da pesquisa. Numa certa visão estreita e burocrática do trabalho intelectual, as ditas fontes primárias parecem ser uma exclusividade dos historiadores, enquanto a antropologia não existiria sem o trabalho de campo. Mas, examinando a trajetória da história da antropologia, percebe-se que há um grande número de pesquisas no âmbito da antropologia que usam fontes históricas e técnicas distintas da observação participante. A relação canônica entre antropologia e trabalho de campo não deve excluir outras possibilidades metodológicas, apesar do trabalho de campo ser considerado por muitos como o ritual de passagem obrigatório para os antropólogos (Giumbelli, 2002 b).

Não obstante o lugar central que o trabalho de campo ocupa na antropologia, é importante ressaltar que referências fundamentais da disciplina como, Stocking, Mauss e Lévi-Strauss, por exemplo fizeram pouco ou nada fizeram de trabalho de campo. Até mesmo em enciclopédias antropológicas, o verbete metodologia assume não só a prerrogativa do trabalho de campo, mas uma diversidade de técnicas que passam por arquivos, entrevistas, *surveys*, etc. Ou seja, o trabalho de campo que, em sua forma primeira, se opõe à pesquisa de gabinete, deve aceitar variações e “assumir tantas formas quanto forem os antropólogos, os projetos e as circunstâncias” (Carrithers *apud* Giumbelli, 2002 b: 93).

Na dita antropologia das sociedades complexas ou modernas esta abertura diante da autoridade etnográfica construída pelo “estar lá” do trabalho de campo é mais visível. Há uma dificuldade de se traçar limites estreitos quer para o campo quer para a atuação do antropólogo em campo.

Neste sentido, esta dissertação questiona o mito do trabalho de campo ao relacionar a antropologia com a história, de modo que as fontes primárias passam a ser tomadas como campo e vice-versa. Seguindo mais uma vez o movimento da história da antropologia, nos deparamos com o interesse dos antropólogos em povos que não apenas residem na esfera dos “povos sem documentos”. O local do nativo é ampliado e conseqüentemente as metodologias são alteradas, surgindo outras possibilidades de análise antropológicas. Como nos lembra Sahlins (2003), se cada sociedade possui sua forma de representação do passado, eleger os periódicos como campo é perfeitamente plausível.

A célebre citação “imagine-se o leitor sozinho rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” não caberia aqui (Malinowski, 1978: 19). A autoridade etnográfica que se constrói por meio do “estar lá” do canônico trabalho de campo cede lugar nesta dissertação ao diálogo com a escritura produzida pela imprensa belo-horizontina do final do século XIX e início do século XX

Para a construção das *cenar* festivas da urbe belo-horizontina, os jornais são trabalhados como documentos no sentido derridiano, ou seja, margens brancas, vazias. Seu limite é dissolvido imediatamente com o surgimento de outro, confundindo-se com o próprio texto a ser tecido. A função dos jornais é suplementar e não uma forma de dar uma prova do passado para afirmar que ele realmente existiu, pois o “suplemento é uma adição, um significante disponível que se acrescenta para substituir e suprir uma falta do lado do significado e fornecer o excesso que for preciso” (Pinto, 2008: 107).²

² A princípio foi pensado não manter uma distinção gráfica entre as citações do jornal e meu texto para deixar explícito que não há uma hierarquização entre texto e periódicos. Mas optei por apresentar os fragmentos das notícias por meio de aspas e recuo além de adaptar para o português atual com intuito de facilitar a leitura da dissertação. Ainda ressalto que todos os jornais estão contidos na Coleção Linhares Digital, sendo assim,

Além de tal fator, deve se considerar que cada leitor constrói *cenias* distintas com base no relato do pesquisador, fazendo com que cada leitura seja uma leitura diferente, como nos ensina Derrida: “a escritura não é uma ordem de significação independente, é uma fala enfraquecida” como se fosse um “o fantasma, o espectro, o simulacro do discurso vivo”. Sendo assim, o relato, o texto, a escritura “é como todos os espectros: errante” (2005: 96).

Assim tratado, o uso de documentos vai além de saber lidar com que foi dito. Trata-se de possibilitar interpretações e construções de *cenias* outras no campo historiográfico-etnográfico, atuando no sentido de estilhaçar canônicas posturas antropológicas. Quebrando assim o silêncio da oficina etnográfica *par truchement* de “insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas” (Clifford, 2002: 22).

A análise da escritura ganha primazia frente a uma possível análise de falas, de memórias orais e de entrevistas, mesmo consciente que a escrita seja um *phármakon* e contenha a possibilidade de *double bind*. Entretanto, talvez seja este o intuito da escolha da análise de escrituras, o de colocar em relação o diálogo entre a periodização histórica e o ordenamento simbólico. A “cosmografia antropológica” é apresentada por meio dos jornais com objetivo de “sintetizar a experiência de uma comunidade através de uma investigação de seu passado documental” (Sahlins, 2004: 29).

Na Parte I da dissertação denominada “Os primeiros ensaios”, inicio com uma breve menção às festividades de Vila Rica, que, além de exercem grande influência nas festas belo-horizontinas, possibilitam a identificação da matriz barroca nas festas brasileiras. Em seguida, apresento as festas do Arraial do Curral d’El Rey, localidade

nas Referências Bibliográficas foi citado apenas o site que dá acesso a cada jornal pesquisado, a saber: <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>, que, por sua vez, foi acessado em diversas datas.

que cedeu espaço para a construção de Belo Horizonte. Em um segundo momento da Parte I, as festas são afastadas do foco central para a apresentação de Belo Horizonte, sendo retomados na sequência com a etnografia da festa de inauguração. A cidade é inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897. A população que ali se instalava timidamente ao lado de espaços significativos como a Praça da Liberdade, o Parque Municipal, a Praça da Estação, a Rua da Bahia, a Avenida Santos Dumont e a Avenida Afonso Pena girava em torno de 12 mil, frente os 100 mil esperados. As obras idealizadas nos planos urbanísticos não saíram totalmente do papel e as edificações tiveram suas construções estendidas até meados da primeira década do século XX.

Belo Horizonte inicia sua trajetória sem um grande “boom” apesar de toda a expectativa de seus idealizadores. Mesmo contendo a realidade objetiva de uma grande capital, nos seus primeiros anos, apenas em-*cena* sua entrada como grande capital de Minas Gerais. Apesar de ser uma cidade voltada para os preceitos modernos, epifaniza, por meio do modo de viver seus moradores advindos de Vila Rica e do Arraial do Curral D’El Rey, valores da tradição.

Tais valores podem ser identificados principalmente nas festas particulares, a saber: as festas dos clubes e dos grêmios, as festas de inaugurações de casas residenciais, as festas de casamento, de aniversário e de batizado e as festas tristes dos funerais e dos velórios. Aqui também começo a identificar a passagem das *cen*as de festas na esfera particular, para as *cen*as festivas no espaço público.

Na Parte II, “A cidade em *cena*”, apresento as festas realizadas nas ruas da cidade. São destacados os festejos de coroação de Maria e da Semana Santa. Na sequência as festas de ordem são apresentadas, principalmente as *cen*as de comemoração de 07 de setembro na cidade, notadamente o de 1922 que comemorou o centenário de independência do Brasil.

No decorrer da Parte II, a ambivalência entre tradição e modernidade é o pano de fundo da festa que, por sua vez, epifaniza essa relação. As passagens dos valores tradicionais dos habitantes de Vila Rica e do Arraial D'El Rey para os valores da modernidade idealizada pelos construtores da cidade de Belo Horizonte são refletidas nas construções das *ceias* festivas.

PARTE 1
OS PRIMEIROS ENSAIOS

1.1 A tradição barroca de Vila Rica e do Arraial do Curral D'El Rey

As festas fazem parte do cotidiano das sociedades e apresentam-se como elementos fundamentais em muitos e diversos momentos coletivos. Seja para comemorar vitórias, marcar datas, relembrar feitos, reunir pessoas, as sociedades estão sempre construindo *cenas* festivas.

Em Belo Horizonte esta assertiva não é diferente. A cidade vivencia um grande número de festas, principalmente de cunho religioso. Como capital de Minas Gerais, a profusão de festas católicas não se apresenta como uma novidade. Desde o início da ocupação do atual estado, a religiosidade se faz presente por meio das demonstrações de fé dos primeiros moradores das vilas mineira. Nos momentos de descanso, as vilas epifanizavam a fé por meio das festas religiosas, fazendo com que as leis do trabalho cedessem lugar ao sagrado. Neste período sagrado “as regras são suspensas e a licença como que recomendada” propiciando a criação de um mundo outro pertencente à esfera do sagrado (Callois, 1988: 98). Portanto, falar de festa é falar de ritual. Ritual este que ocupa o reino do sagrado e se opõe ao profano da rotina do trabalho, da esfera individualizadora do cotidiano, das questões materiais, das repetições cotidianas.

Assim como em Minas Gerais, no restante do território brasileiro os festejos ocupavam lugar de destaque no calendário colonial. Subdivididos em “ciclos do Natal, da Páscoa, de Pentecostes e no mês de julho comemorando Santo Antonio, São João e São Pedro” eram vivenciados como grandes espetáculos. Entrecruzando com os ciclos festivos, as não menos pomposas celebrações de nascimentos, de mortes, de recepção de reis e autoridades, de dias de santos contribuíam para o universo da festa na colônia (Passos, 2002: 171).

Como relata a historiadora Mary Del Priori, nas Comarcas “as práticas católicas eram marcadas pelas espetaculares manifestações externas de fé, presentes nas pomposas missas, celebradas por dezenas de padres e acompanhadas por corais e orquestra; nos funerais grandiosos, nas procissões cheias de alegorias e nas festas, onde centenas de pessoas das mais variadas condições se alegravam com a música, dança, mascaradas e fogos de artifício” (2000: 27).

Nas Minas coloniais as manifestações festivas ganharam grande destaque principalmente no auge do período aurífero. Como dito, o contingente populacional que se instalou na região da então capital do estado trazia nas bagagens não só o sonho de conseguir fortuna, como também suas reminiscências festivas que eram motivadas pelas festividades promovidas pelo Estado e pela Igreja. Contudo, eram as câmaras municipais responsáveis pela organização, pelo financiamento e pela execução das festas. Algumas eram obrigatoriamente realizadas, como por exemplo, as celebrações de *Corpus Christi* e as de cunho esporádico recebiam a ordem diretamente do rei. Com a fixação do governo na Comarca de forma mais incisiva e secular, as festas foram uma das formas de imposição de regras, exercendo assim “um papel importante no processo de estruturação da sociedade e de consolidação dos instrumentos de mando” (Mello e Souza, 2001: 185).

Nesta ótica teórica, os diversos rituais públicos auxiliavam no fortalecimento dos poderes a serem instituídos na capitania. As festas barrocas, inseridas na lógica política do Antigo Regime, epifanizavam as estruturas de poder local e as regras orientadoras da vida social. Entretanto, a sociedade colonial não assistia e/ou participava de forma passiva dos festejos, a função controladora inicial conviveu com a possibilidade da festa ser uma válvula de escape da dura vida colonial, como demonstra Del Priori “a festa, uma vez começada, transformava-se em exutório para suportar as árduas condições de

vida das classes subalternas na Colônia. Ela transformava-se numa pausa nas inquietações cotidianas, num derivativo provisório, numa pontual *détente*” (2000: 90).

As *cejas* festivas afetavam de forma distintas os diferentes participantes, apresentando um caráter de indecidibilidade, um *double bind*. As festas afirmavam o poder régio por intermédio de símbolos e de rituais apropriados à divinação da figura real e ao mesmo tempo possibilitava uma quebra na rotina colonial.

Talvez características como estas não sejam tão nítidas nos festejos remanescentes da época colonial que ainda encontram contundente espaço nos séculos XX e XXI. Todavia, a manutenção reafirma o aspecto tradicional das festas. Como nos lembra Segalen, “o termo ‘tradição’ vem do latim *tradito*, que não só designa uma coisa transmitida, mas também o próprio ato de transmitir” (2002: 118).

O ato repetitivo de transmissão destacado pela antropóloga Segalen apóia o caráter remanescente das festas, trabalhado pela historiadora Mona Ozouf. Não obstante a tradição no sentido de repetição, ao retornar à psicanálise freudiana – campo no qual a história também buscou subsídios – pode-se ir mais além deste elemento endógeno da festa: “ora, se a festa repete, de forma alguma é com o sentimento de uma repetição erudita, porém muito mais com o sentido que Freud deu à repetição: um esforço cego para dominar o choque perturbador sem que esse, precisamente, possa ser situado, datado, desarraigado do presente invisível e enfim governado” (Ozouf, 1976: 217) ³.

No texto jornalístico abaixo, tem-se um exemplo desta discussão teórica sobre reminiscência e tradição. Trata-se de apresentação da festa de Semana Santa na década de 1920 em Ouro Preto.

³ O choque perturbador que se refere o texto trata-se da análise freudiana sobre o festim totêmico.

“Segundo fomos informados, por um amigo nosso, filho de Ouro Preto, revertir-se-ão de excepcional brilho as tradicionais festas que se vão ser realizados este ano naquela legendaria cidade. Com grande solenidade, já ali se realizou, no dia 2 do corrente mês, a tocante procissão de cinzas, com a extraordinária concorrência de fiéis” (*O Arauto*, 27 de março de 1922: 01).

Na esteira da dita notícia, bem como nos estudos de festas coloniais, pontuo uma perspectiva outra que acompanhará as análises das festas brasileiras: a espetacularização festiva barroca. No Brasil os festejos barrocos caracterizam-se pela ostentação e pela pompa como forma primeira de enfatizar o poder da Igreja e do Estado. Tal como expressa Ávila, “o aspecto espetacular que assumiram as celebrações litúrgicas, quando toda a população das vilas mineiras parecia tomada de um êxtase ao mesmo tempo festivo e religioso” (1984: 8). Exemplos claros desta ufanía festiva são as festas do Triunfo Eucarístico (1733) e do Áureo Trono Episcopal (1948). As festas foram cuidadosamente preparadas com uma iluminação especial, colchas coloridas enfeitando as sacadas, arcos decorando as ruas e carros alegóricos compondo as procissões. Mesmo se tratando de festas religiosas, percebe-se o “*double bind*: sagrado e o profano, divino e humano, poder eclesial e poder real, vida e morte, mundo de cá e mundo de lá, individual e coletivo, etc” (Perez, 2008: 39)⁴.

O Brasil colonial “ganhou com a festa barroca uma ordenação formal, constituída e construída sob a forma de armações efêmeras e espetaculares”. As alegorias festivas são epifanias de um elemento maior que o pontual estilo artístico, são

⁴ Os carros alegóricos são elementos cênicos que passam a ser usados em diversas festas brasileiras, sendo principalmente percebidos nos desfiles carnavalescos até os dias atuais. Em um ponto mais adiante desta dissertação retomo as questões vinculadas ao carnaval.

formas de trazer “à cena coletiva o exercício da etiqueta, a exibição da riqueza e do luxo, a competição, gestando assim modelos societários, estilos de vida e pautas de relacionamento, dizendo de modo mais preciso, de atitude, de estético-ética” (Perez, 2008:40).

Neste sentido, o barroco, a princípio eleito como a arte da contra-reforma, é melhor apreendido se tomarmos na lógica das mentalidades, do tempo longo da Nova História. Se ultrapassarmos as designações restritamente artísticas e designá-lo como um predicado que reflete momentos de transição.

Ora, ao retomar a canônica linha da história percebe-se que o barroco surge em um momento de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Momento que a monarquia é questionada pelos emergentes valores iluministas. Momento que a primazia européia da Igreja Católica é colocada em cheque pelos protestantes. Momento que o capitalismo ganha espaço frente ao feudalismo. Momento que novas terras são descobertas. Enfim, momentos que as visões de mundo são abaladas, e que fantasmas e delírios vêm à tona. Como diz Jean Duvignaud: “a ‘perturbação’ barroca remete a essa ruptura entre dois mundos, a hesitação de uma civilização que se encontra entre vias divergentes” (1997: 162).

Seria empobrecedor se não ampliasse a percepção do barroco para além das estruturas estéticas, uma vez que, “na verdade, modernismo não é uma situação entre a cultura tradicional e de uma progressiva racionalidade, mas entre sistemas de valores e definir os valores provenientes de práticas ainda pouco claros. Neste conflito, em que qualquer mutação que civilização antes da nossa já conhecida, é estranho o estouro da imaginação e do partido que tomou o nome de ‘barroco’ ” (Duvignaud, 1997: 160).

Apesar da veemente contribuição do espírito barroco nas construções de *cenas* festivas brasileiras, muitas vezes esta dimensão barroca é colocada de lado em nossas

pesquisas. Para nossa relação com as matrizes barrocas das festas brasileiras, pode ser aplicada a observação de Crapanzano sobre o irracional e o efêmero: “as dimensões ensombreadas da existência social e cultural que nós, antropólogos, costumamos encontrar, de um jeito ou de outro, e que tendemos a afastar de nosso trabalho ‘sério’, como se embaraçados pelo mistério, pelo perigo e pela iminência, a proximidade do que presumimos se o irracional ou, no mínimo, efêmero” (2005: 357).

As nuances barrocas das *cenias* festivas construídas no universo dos periódicos também será um ponto a ser percorrido nesta dissertação, que por sua vez, se fazem presente no universo festivo da localidade escolhida para a “nova” capital, o Arraial do Curral D’El Rey.

Ponto de convergência do gado advindo dos sertões da Bahia e do São Francisco, o arraial tinha como principal atividade econômica o plantio de milho, de feijão, de arroz, de mandioca, de cana e de algodão, a criação de gado e o comércio. A freguesia mantinha uma vida social calma, quebrada pelos diversos festejos organizados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Como ressaltado por Nascimento, desde os tempos coloniais pertencer a uma Irmandade significava “participar da festa em honra de seu santo padroeiro, com o maior desdobramento de pompa que os meios permitissem” (2006: 28).

Mesmo com a Proclamação da República as Irmandades não perderam a prática de organização festiva. No Arraial do Curral D’El Rey o calendário festivo apresentava regularmente as festas do Divino, de Santa Efigênia, do Reinado do Rosário, da Semana Santa e da Padroeira. Com menor incidência, ocorriam as festas de São Sebastião e de Santo Antônio.

As comemorações da Semana Santa eram organizadas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e transcorriam principalmente entre as ruas da Matriz de Nossa

Senhora da Boa Viagem e da Capela de Nossa Senhora do Rosário. A tradição processional dos festejos barrocos se fazia presente no arraial, como relata Camarante em 1896. “Estiveram tocantes as solenidades, principalmente as procissões do Encontro e do Enterro, na Boa Viagem e na Capela do Rosário. A primeira efetuou-se em bela tarde, com numeroso acompanhamento de fiéis, que se dividiam em duas partes: uma na capela e outra na matriz, cujos sinos plangiam ao mesmo tempo”. O ápice da procissão, o encontro de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos, ocorreu à noite junto ao púlpito erguido na rua do Rosário e em seguida, os fiéis seguiram orando para a Matriz (*apud* Barreto, 1995: 606).

Não menos emocionante, era a procissão do Enterro, que em 1896 teve “um efeito imponente e comovente pelas milhares de velas que a acompanhavam”. A beleza da procissão de velas revelou um grande número de fiéis participantes dos festejos, girando em torno de 3.000 a 4.000 pessoas. Ali, estavam presentes “desde o engenheiro mais ilustre até o operário mais humilde”, construindo assim, uma *cena* festiva que ensombreadava as diferenças de cor, sexo e classe social dos habitantes do arraial. (*apud* Barreto, 1995: 98 e 606).

Já no reinado de Nossa Senhora do Rosário esta aparente diluição das diferenças sociais não se fazia valer, pois a festa era voltada principalmente aos negros. Celebrada no segundo domingo de outubro, os devotos “ostentavam-se pelas ruas garbosos, alegremente e dançando ao som cadencioso de seus tambores, de seus adufes e de suas sambucas, produzindo forte e vibrantes pandorgas” (Dias, 1997: 30).

Não obstante a importância das citadas festas religiosas, o grande festejo do arraial era em homenagem à Padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem, no dia 15 de agosto. Comemorada ao redor da Matriz, a festa era a mais solene e concorrida da freguesia. Já nos primeiros dias de agosto, o espírito festivo tomava conta do arraial,

como nos mostra Dias: “quem acertasse de visitar o Curral d’El Rey em princípios do mês de agosto, certo que ficaria agradavelmente impressionado pelo tom festivo, afável e alegre de seus habitantes, com os preparativos para sua solenidade” (1997: 30).

O largo da Matriz era tomado com os preparativos para festa, como nos informa Dias. Ao entardecer, grupos de rapazes e moças ensaiavam as danças e as músicas que divertiria o público na noite festiva. No outro lado do largo, crianças decoravam os cantos sagrados da procissão e da missa solene. Em um ponto mais afastado, era possível avistar os ensaios das cavalhadas. No interior de diversas casas, prendadas moças bordavam as indumentárias dos santos e dos participantes da comemoração; em outras residências eram preparados os doces e biscoitos do banquete festivo.

Ao se aproximar o dia da festa, os cantos dos carros de bois tomavam conta do arraial, anunciando a chegada dos fazendeiros de lugarejos próximos. Era o sinal de que a festa estava por iniciar. As ruas deixavam sua habitual solidão com os últimos preparativos. Como relata Dias, “uns cavando a terra e estendendo duas linhas paralelas de estacas para formar-se o passeio dos dançantes, outros cortando ramos e colhendo flores para enfeitar” mais à frente, outros preparavam a área para as cavalhadas enquanto “outros estendendo as fileiras de fogos de artifício que à noite devem ser queimados ao levantamento do mastro” (1997: 31 e 32).

Dia 15 de agosto. Era chegado o grande dia para o arraial. Ao romper da aurora, o foguetório e os sinos das igrejas despertaram a população. As bandas de música percorreram as ruas anunciando primeira missa “com acompanhamento de orquestra e cânticos sagrados”. Às 10 da manhã, o templo foi tomado por fiéis de diversas classes sociais, como descreve Barreto: “o templo repleto do que o arraial contava de mais seleta em seu meio social, de mistura com a gente humilde dali e das circunjacências”

(1995: 609). Assim como na Semana Santa, a festa nos leva construção de uma *cena* da população unida em prol da fé⁵.

Após a missa, iniciaram-se as cavalhadas e logo em seguida o banquete de doces e de biscoitos foi servido pelos festeiros. À tarde a procissão tomou conta das ruas do arraial. Como apresenta Dias: “das três para as quatro horas da tarde, de novo, os sinos chamavam o povo a outro ato religioso: a procissão. Terminada esta com o competente sermão e *Te-Deum*”. Após as comemorações em homenagem à Nossa Senhora da Boa Viagem, realizou-se os festejos do Divino com o levantamento do mastro e de Santa Efigênia. Nos primeiros anos do arraial, estas duas festas eram realizadas em dias próprios, mas com a dificuldade da vinda de padres para a localidade, passaram a ser comemoradas juntamente com a festa da Padroeira (1997: 34).

Ao fim das comemorações religiosas o largo da Matriz foi tomado pelas festas profanas. As contradanças e os espetáculos teatrais rompem a noite até o dia seguinte. No dia 16 de agosto, foram “interrompidas as solenidades sacras para só ser destinado aos divertimentos profanos”. Segundo o memorialista, as festas profanas “nunca deveriam confundir com aqueles [religiosos], ainda mesmo quando inocentes como às vezes o são, por exemplo, as contradanças, as cavalhadas, os dramas inofensivos à moral” (Dias, 1997:56). Entretanto, ao retomar a teoria de Durkheim (2003), percebe-se que esta divisão não se faz possível, pois o sagrado e o profano não são categorias inerentes às coisas, mas estabelecidas pela sociedade. Apesar de distintas, são conviventes ao ponto de se *con-fundirem*.

Apresentados os festejos do Arraial do Curral D’El Rey vê-se que, mesmo com a grande diferença econômica dos tempos do auge do ouro em Vila Rica, a tradição

⁵ No decorrer da dissertação, percebe-se que esta união da população em momentos festivos se dissolve com a construção da “nova” capital. Com o fim do arraial a venda de lotes em Belo Horizonte aos menos abastados e aos negros sofre restrições.

festiva barroca dos moradores se faz presente. O relato de Camarante corrobora esta afirmação: “apesar de ser uma localidade relativamente pobre, faz as suas solenidades com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se” (*apud* Barreto, 1995: 97).

Esta pompa festiva não é esquecida com o nascimento da “nova” capital. Em Belo Horizonte, as festas são tradicionalmente vivenciadas e este é o tema que irei trabalhar na sequência. Para tal, se faz necessário uma breve interrupção para apresentar da cidade.

1.2 O espaço das *cenas*: apresentando Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte nasce moderna, como o *locus* do poder civil e da organização racional, reflexo do ideal construído pela modernidade, onde o triunfo da razão (Touraine, 1997) e o desencantamento do mundo (Weber, 1996) são presentes. Os valores modernos vão ao encontro do regime Republicano proclamado no país que, por não apresentar marcantes mudanças sociais, se faz valer da criação de símbolos, de heróis e de marcos para sua consolidação.

Criada aos moldes das elites políticas mineiras, Belo Horizonte teve sua construção prevista entre 1894 e 1897, mas se delongou até 1910, causando uma impressão de vazio na data da inauguração, 12 de dezembro de 1897. Ainda eram perceptíveis edificações inacabadas e a falta de pavimentação das ruas, “apresentando-se assim a cidade... quase toda por se calçar... ruas e avenidas quase desertas com grandes intervalos na construção predial... árvores, nenhuma, gente, pouquíssima” (Salgueiro, 1982: 115).

Todavia, antes mesmo da inauguração oficial, a cidade já contava com uma pequena cobertura jornalística dos periódicos *Aurora*, *A Capital* e *Bello Horizonte*. Ou seja, a relevância de se noticiar é anterior até mesmo a entrada oficial da cidade no *hall* das capitais brasileiras.

Os anúncios giravam em torno dos primeiros estabelecimentos comerciais, como este:

“brevemente será inaugurada em seu bonito prédio a ‘Pharmácia Abreu’ propriedade dos senhores Lopes de Abreu & Cia. O novo prédio é situado na Rua da Bahia, esquina da Avenida Paraopeba” (*Aurora*, 01 de junho de 1897: 04).

A chegada de moradores, bem como as festas de inauguração de setores fundamentais para o crescimento da cidade, eram recorrentemente divulgados.

“No dia 5 do corrente inaugurou-se o ramal férreo que conduz às pedreiras do Acaba Mundo. Às 7 horas da manhã, partiu a locomotiva da frente ao edifício do Palácio Presidencial, conduzindo um carro com as pessoas que foram assistir a inauguração” (*A Capital*, 13 de abril de 1896: 02).

Como a cidade ainda apresentava problemas urbanos estruturais, o destaque do tablóide volta-se para seus aspectos naturais,

“fez-se o trajeto sem o menor incidente, subindo sempre pela encosta da serra até chegar às magníficas pedreiras” (*A Capital*, 13 de abril de 1896: 02).

A notícia acima exemplifica uma linha recorrente no jogo de indexação construído pelos primeiros jornais da cidade: a necessidade de propagar os progressos da “nova” capital e a conseguinte ruptura com o passado colonial da antiga capital do estado. A *cena* da inauguração da ferrovia, além de destacar o progresso no transporte de Belo Horizonte, enfatiza sua eficácia tal como veremos mais adiante. Entretanto, a cidade símbolo do momento que se inaugurava, deparava-se com problemas econômicos para a consolidação da sua estrutura urbana. A economia local ainda era incipiente e só foi ter força na década de 1920 com o avanço da indústria e do comércio local, tornando a cidade um centro regional importante como Juiz de Fora e Barbacena (Singer, 1968).

Não obstante os problemas econômicos, a cidade procurava refletir os ideais de modernidade, a começar pelo seu traçado urbano em forma de tabuleiro de xadrez. Ruas e praças ganham nomes de estados brasileiros, de personagens e de datas representativas da história oficial do país e de tribos indígenas, remetendo não só ao sentimento nacionalista inserido no ideal positivista como também à ambivalência contida na modernidade⁶.

⁶ Na planta geral de Belo Horizonte de 23 de março de 1895, os nomes das ruas e praças voltados para os personagens e datas republicanas já estavam denominados. Barreto apresenta o ofício nº 26 do engenheiro Aarão Reis, que “vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo”. No documento da comissão construtora tem-se a relação de todas as ruas e praças. Barreto apresenta, por exemplo, as 24 praças da zona urbana, “Praças: da

O espaço central da cidade expressa a relação ambígua entre modernidade e tradição por meio da denominação das ruas. Umas com nomes de estados da federação, outras com nomes de tribos indígenas. Por referência aos estados da federação brasileira evidenciam a afinidade com a modernidade, que tem a organização do poder civil como uma das suas premissas; já as ruas as menções as tribos indígenas brasileiras remetem à tradição autóctone do país, repensada pelo viés do bom selvagem característico dos ideais republicanos iluministas⁷.

Este *double bind* recorrente na história moderna/iluminista é epifanizado em Belo Horizonte como um investimento de criação/determinação da República que se alia não só à construção de espaços de memória e de monumentos que sacralizam datas e heróis, mas também na circulação de textos republicanos destacados nos jornais. Os periódicos se tornam um importante meio de construção dos ideais previstos para a cidade.

A *Capital*, primeiro jornal criado na cidade, apresentava a necessidade de doutrinação da população frente os princípios positivistas.

“É necessário doutrinar o povo nos princípios da democracia. É necessário apontar os erros do regime banido da consciência nacional e demonstrar a supremacia da fórmula vigente, que tem

República, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Junho, 15 de Novembro, José Bonifácio, Benjamim Constant, Cruzeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Belo Horizonte, 14 de Julho, Progresso, 21 de Abril, Liberdade, Federação, estação, 14 de Outubro, 24 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 14 de Setembro, escolas” (1995: 253).

⁷ Barreto apresenta avenidas e ruas com nomes de tribos indígenas brasileiras ou que utilizam o vocabulário indígena na zona urbana da cidade, a saber: as avenidas Itacolomi, Tocantins, Paraibuna, Araguari, Carandaí, Paraopeba, Oiapoque e as ruas Aimorés, Caetés, Carijós, Goitacases, Guajajaras, Guaicurus, Guarani, Itambé, Itatiaia, Tapuias, Tabajaras, Tamoios, Tupinambás, Sapucaí, Urucuia (1995).

os seus alicerces na moderna ciência política” (*A Capital*, 13 de Abril de 1896: 02).

Uma das estratégias jornalísticas é denegrir o regime anterior frente à Republica.

“É indispensável uma síntese comparativa desse período inglório de mais de meio século, com a atualidade vibrante de patriotismo e de esperanças, através de todas as lutas e de todas as perdas e sufocadas, em pouco mais de um lustro, pela suprema justiça que assiste e ampara os povos nas suas aspirações de liberdade, nas conquistas de sua autonomia” (*A Capital*, 13 de Abril de 1896: 02).

O que se enfatiza são as *cenias* positivista/republicana criadas em/por Belo Horizonte. A escritura dos jornais alia-se e reconstrói-se dinamicamente com o espaço urbano da “pedra e cal” que por sua vez é reestruturado pelo meu olhar de pesquisadora. Como em uma brincadeira infantil, a tesoura do pesquisador tem a possibilidade de recortar o papel e a pedra possibilitando *cenias* que modificam a realidade vivida ao lançar-lhe sombras.

A objetividade do traçado do espaço urbano idealizado pela comissão construtora é o aporte para as construções das *cenias* belo-horizontinas. De forma extremamente metódica, a cidade se subdividia em três espaços. Uma área rural com intuito de ser o cinturão verde para o suprimento coletivo com 17.474.619 m², uma área suburbana de 24.930.803 m² projetada para chácaras e uma área urbana com 8.815.382 m² que envolveria todo o aparato administrativo e as residências de funcionários

públicos, abrigando em torno de 200 mil habitantes. A zona suburbana teria a função de interligação entre as duas outras áreas por meio de um bulevar circular denominado Av. 17 de Dezembro, atual Av. do Contorno (Barreto, 1995). O zoneamento em forma de anéis como a *ringstrasse* de Viena lembra o sistema organizacional composto de torre central e anéis periféricos, possibilitando um controle da cidade por meio de um modelo panóptico, bastante adotado pela modernidade (Bauman, 2003).

A ocupação destas áreas se fazia majoritariamente por meio da venda de terrenos a cargo do Estado, por ser este o maior proprietário dos espaços. Havia restrições na área urbana, apenas os mais abastados eram liberados para comprar lotes, aos negros era proibido. Já as vendas por particulares não apresentavam rígidas especificações, o que era perceptível nos periódicos nos primeiros anos da cidade.

“Vende-se uma casa de muito sólida construção, com cômodos para fazer negócios, na rua da Bahia próximo a casa do senhor Seraphim Violante. Para tratar com Antonio Maria da Silva Carvalho, na mesma rua abaixo do Grande Hotel” (*Bello Horizonte*, 26 de Junho de 1898: 04).

Como a venda por particulares era em menor número, a autoridade ocupacional estava nas mãos do Estado, mantendo a estrutura segregacionista propiciada pelo traçado urbanístico planejado. Ao final da década de 1910 e início da década de 1920, a lógica das vendas foi se alterando devido à expansão populacional e conseguinte especulação imobiliária, possíveis com a melhora do poder aquisitivo da população que se instalava na cidade.

Os lotes, bem como as ruas da área urbana, eram cuidadosamente mensurados, formando, como mencionado, um tabuleiro de xadrez que evitava os becos comuns de Vila Rica. O divórcio com os tradicionais elementos coloniais visava à funcionalidade e à higiene urbanística, fazendo com que os preceitos sanitaristas fossem decisivos na construção da cidade. As redes de água e de esgoto foram detalhadamente estudadas, além da localização de espaços que poderiam trazer doenças para a população como os cemitérios.

O traçado urbano remetia à ordem inspirada nas experiências urbanísticas das capitais do século XIX, como, por exemplo, Paris e Washington. As disposições dos prédios públicos, que abrigavam o poder político, ganharam destaque em detrimento das Igrejas Católicas. A Praça da Liberdade que abriga a sede do governo estadual, situa-se no ponto mais elevado da cidade, demonstrando o controle estatal sobrepondo-se ao poder religioso.

Neste ponto uma pausa teórico-historiográfica se impõe. O desencantamento do mundo se fazia valer no território belo-horizontino, já que modificava a tendência prevalecente desde a Idade Média da formação das cidades, tendo por referência a Igreja. Esta, independente de ser geograficamente central, era o lugar mítico do início, o que une o céu e a terra (Eliade, 2002) ⁸.

A grandiosidade arquitetônica das Igrejas Católicas moldava as cidades medievais do mesmo modo que as práticas cristãs de caridade tornavam-se uma referência moral das urbes. Atualmente é difícil imaginar, em localidades mais

⁸ É importante destacar que existem outras teses de formação de cidades que não se pautam apenas na Igreja como núcleo aglutinador. Na idade média o estado passa a fiscalizar os locais de comércio sazonal, tentativa frustrada que ocasionou na transitoriedade ainda maior dos comerciantes que fugiam dos altos valores da fiscalização. As feiras e mercados tornam-se cada vez mais itinerantes, mas deixavam um rastro residencial juntamente com toda a estrutura que as apoiavam, criando-se os núcleos urbanos a partir das praças de mercados (Mumford, 1998).

urbanizadas, que a edificação do templo católico seja a principal referência simbólica e geográfica. Mas, se nos remetermos às cidades construídas na Alta Idade Média européia ou nos tempos coloniais brasileiros perceberemos que este edifício se apresentava como a construção de maior envergadura, sendo possível ver o seu campanário a grandes distâncias.

Com o passar dos tempos outros valores vão se agregando às cidades e a Igreja vai diminuindo seu destaque na era moderna. Os tempos modernos surgem abrindo caminho com as grandes navegações e conseguintes descobertas, com a invenção da imprensa despertando para a propagação do saber pelos livros, com o Humanismo moderno do Renascimento e com a Reforma Protestante que, por sua vez, ajuda no declínio da hegemonia da Igreja Católica (Baudrillard, 1982).

Tais fatores são evidenciados nos espaços urbanos. Cidades modernas não têm mais a Igreja Católica como referência principal. Esta divide seu destaque com os mercados, feiras e espaços de poderes civis, expressões privilegiadas da configuração econômica e política inaugurada pela modernidade. A cidade de Belo Horizonte não foge a esta regra.

Contudo, a Igreja Católica não se mostrava imune às construções e aos ideais arquitetônicos, civis, laicos e positivistas. Os jornais de Belo Horizonte, apresentavam os posicionamentos sobre a ordem republicana que se impunha. Muitos, claramente apoiadores dos ideais católicos apresentavam textos veementes contra os chamados ‘anti-católicos’. O jornal *Bello Horizonte* destaca que a

“Igreja não hostiliza forma nenhuma de governo, hostiliza sim as leis e medidas opressoras e anti-católicas adotadas pelo governo, qualquer que ele seja” (01 de dezembro de 1895: 01).

Mais a diante percebe-se a clara desavença com o governo Republicano que não “reconhece a superioridade das leis divinas, sobre as cívicas e humanas”. A laicidade estatal é objeto de intensa crítica dos católicos.

“Todos admitem que o ateísmo (ou positivismo que vale o mesmo) nas leis, nas constituições e no ensino é a maior aberração que se pode imaginar, cujas desastradas consequências estamos vendo a cada instante nos freqüentes suicídios, assassinatos, escandalosos roubos, crimes de toda a espécie, desobediência ao princípio de autoridades e absoluta falta de confiança em tudo e em todos” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01).

O texto vai além e convoca a população para uma ação contrária à República.

“Logo não pode-se dizer católico quem corre e coopera para paganizar a República, expulsando dela o autor de toda a lei da sociedade – Deus; não pode ainda se vangloriar do nome de filho da Igreja, quem esforça-se por dissolver o vínculo de um dos seus sacramentos, o matrimônio, estabelecendo o divórcio...” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01).

Desenhando assim uma *cena* de país sofredor após a instauração do novo regime.

“Pobre pátria, infeliz Brasil, que vive dominado pelo espírito maçônico e positivista que são dons encarniçados inimigos da religião e do altar! Não, a República não pode se tornar simpática aos verdadeiros Brasileiros. O Brasil não pode e não deve ser ateu e positivista” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01).

O que chama atenção no fervoroso e posicionado texto é, que apesar do periódico ser um órgão religioso literário e noticioso se diz

“um órgão imparcial, não político” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01)⁹.

O grande debate não se pautava apenas nas disputas de espaços, mas também por condutas e por direcionamentos que a nascente cidade deveria seguir. A *cena* construída é de uma Belo Horizonte como um espaço de disputa de duas esferas de poder: a religiosa e a cívica. A notícia expressa a situação ambígua vivida na cidade. Uma estrutura moderna e lógica e uma população tradicional e católica, oriunda da sociedade de Vila Rica e do Arraial do Curral D’El Rey.

Neste ponto, outra pausa teórica é necessária para o entendimento da relação entre modernidade e tradição. A modernidade é usualmente trabalhada de forma teórica por dois pontos, os indivíduos e as sociedades. Os primeiros são caracterizados pelos seus valores e modos de viver enquanto as sociedades são caracterizadas por um Estado

⁹ Neste trabalho, a esfera religiosa se pauta maciçamente no catolicismo, apenas dois jornais da religiosidade espírita esta disponível na CLD no recorte temporal pesquisado: *O Espírita* e *A Cruz Vermelha*.

nacional, pela urbanização, pela industrialização, etc. Nos dois casos, tem-se a tendência de traçar uma linha progressiva que se inicia na tradição e à medida que indivíduos e sociedade alcançam avanços, tomam-se mais próximos à modernidade. Como ressalta Oliven, pensando desta forma, “todas as sociedades estariam em algum ponto do *continuum* tradicional-moderno e poderiam avançar nele. A principal razão para uma sociedade estar em uma posição atrasada ou adiantada no *continuum* seria, então, o grau de tradicionalismo ou modernismo das atitudes e valores de seus membros”. Haveria assim, uma tentativa de tomar a história como uma sucessão linear e determinista de fatos que levam à modernidade. (1984: 32).

Sendo assim, apesar dos usos dos termos – moderno e tradicional – na apresentação de Belo Horizonte, não é o intuito definir o grau de modernidade da sociedade e dos indivíduos. O uso dos termos apenas baliza como a construção física da cidade estava extremamente distante do modo de viver dos indivíduos que ali habitavam, configurando um *double bind* que inspira uma disputa de espaços e de idéias epifanizados nas festas. Estas são por mim organizadas nesta dissertação em dois momentos. O primeiro, a ser trabalhado no tópico seguinte, contém as festas particulares. O segundo focará as festas cívicas e religiosas, com destaque para a festa de inauguração da cidade e a festa de 07 de setembro de 1922.

1.3 Intimidade, privacidade e espaço público

Em Belo Horizonte as festas ocupam lugar de destaque tanto na esfera civil quanto na religiosa. Enquanto o poder civil epifaniza sua força por meio das festas de chegada de presidentes, de inauguração de bustos, dia da pátria, etc; o poder religioso

festeja as inaugurações de Igrejas, as festas do calendário religioso e os inúmeros dias de santos. Ou seja, enquanto as festas cívicas sacralizam o poder republicano doravante edificado pela construção da cidade, as festas religiosas afirmam o poder instituído pelos séculos de catolicismo no país. Somando a esta dupla esfera, estão as festas de contra-poder, os carnavais. No campo historiográfico-etnográfico em questão, coloco-os no *hall* das festas realizadas nas casas residenciais, já que, em sua grande maioria, os festejos de carnaval eram organizados por clubes particulares.

As festas particulares belo-horizontinas são anunciadas nos jornais com um forte tom de afirmação social, como não poderia ser de outro modo em se tratando de uma sociedade em vias de construção, sedenta por coesão. Os elos sociais entre segmentos menores, como famílias e clubes, eram edificados principalmente por eventos íntimos que pareciam entrar em competição uns com os outros nas páginas dos folhetins.

Aqui, cabe lembrar mais uma vez, que muitos dos moradores de Belo Horizonte advêm de Vila Rica. Nesta cidade era usual como já mencionada a ostentação financeira e/ou hierárquica por meio das *cenar* festivas barrocas. Há “exaltação da situação e dos valores, ainda mais das influências, dos privilégios e dos poderes, tudo reforçado pela exibição do luxo”. Sendo assim, as festas particulares reforçam “as clientelas e as audiências sociais. Não são nem jogos nem meros espetáculos, mas sim forças que pesam muito nos equilíbrios ou nas hierarquias, elementos decisivos para forjar ou conservar reputações” (Heers *apud* Ferretti, 2007: 05 e 06).

Havia uma clara disputa de recursos e de preeminência social que se acrescia à coesão social, como evidencia Del Priori, “à solidariedade grupal somava-se a disputa pela ostentação ou exibição de poder individual” (2000: 25).

A separação social propiciada pelas festas íntimas corroborava a segmentação proposta pelo traçado urbano. As cidades funcionais, como Belo Horizonte,

apresentavam uma organização urbana diferenciada das cidades não planejadas dos séculos anteriores e, por conseguinte, possibilidades outras de apropriação do espaço. O mundo público passa a ser visto como o mundo de estranhos, de caos e de desordem, apesar da ordem dos equipamentos urbanos. Este paradoxo leva à valorização da vida íntima da casa que, por sua vez, torna-se moralmente melhor (Sennet, 1988).

Em Belo Horizonte, a vida privada era epifanizada não só nas residências particulares, como também nos clubes sociais que, do ponto de vista de seu fechamento aos não-sócios, se assemelhavam às casas de família. Valendo dizer que ambos são uma ideia, um fato social totalizante dotado de forte componente moral. Espaços onde os membros são únicos e insubstituíveis e não apenas pessoas indiferenciadas que transitam pela urbes. Onde as regras são colocadas por meio dos laços afetivos e não por leis gerais e impessoais como na rua (DaMatta, 1986).

Sendo assim, têm-se a propulsão de *cenar* festivas que, por sua vez, são “disciplinadas” – ou pelo menos direcionadas – de acordo com os preceitos de cada espaço. Na casa e nos clubes fechados a entrada é regrada pelo convite particular, os participantes são chamados pelo nome e o sentar-se à mesa é organizado por uma hierarquia. Tudo em tom pessoal e intransferível. Já nas ruas a organização se faz em prol do coletivo, as leis não são regidas por afinidades eletivas – por questões de amizade e amor – mas construídas visando o bem estar de todos.

Com intuito de ordenamento em prol da coletividade, a cidade de Belo Horizonte no ano de 1898 formata leis, que dentre outras diretrizes, balizaram as possibilidades de espaços festivos e de encontro na cidade. O primeiro Código de Posturas Municipal data de 1898, posteriormente é modificado nos anos de 1925, 1959 e 2003. Os preceitos legais de 1898 e 1925, apresentam um caráter de disciplinamento urbano voltado principalmente para o comércio, o saneamento básico e as restrições de

acesso da população mais pobre à zona urbana, evitando assim, a possibilidade de festas e de encontros dos menos abastados na esfera urbana. De acordo com Luciana Andrade, “as prostitutas tiveram sua circulação restrita a áreas mais distantes do centro; foram regulados a atividade de mendicância, o comércio ambulante e o comportamento nos bondes. Um decreto de 1925 regulou o uso dos jardins públicos, praças e do Parque Municipal, discriminando as pessoas proibidas de freqüentá-lo” (2004: 77) ¹⁰.

Os encontros a céu aberto nos parques e nas praças eram proibidos aos negros, assim como a já mencionada compra de lotes na área urbana. As leis apontavam para a confirmação da segregação social já construída pela organização urbana. A gestão do espaço tentava moldar as práticas cotidianas dos moradores, evitando o imprevisível. O planejamento e as leis tendiam a um aprisionamento, a uma realidade “despida do fantasioso, daquilo que é temporal ou mesmo espacialmente vinculado ao capricho – esses deslocamentos de atenção que relacionamos a sentimentos, emoções e humores” e por que não dizer à festa (Crapanzano, 2005: 359).

A rua tornava-se assim mais assustadora, por conseguinte, reforça o ideal de segurança da casa. Talvez seja esta a razão da proeminência de muitos eventos particulares frente aos eventos públicos nas primeiras décadas da cidade e da crescente sacralização do espaço da casa.

Aqui o sagrado é entendido não como uma entidade e sim como uma qualidade, no sentido daquilo que se situa fora da ordem comum, que é colocado à parte, que separa-se do profano. Os espaços sagrados devem ser protegidos das impurezas, por isso existem regras de interdições que impedem que as sujeiras da rua adentrem o espaço sagrado da casa. Ou seja, o sagrado e o impuro são pólos opostos, dividindo o

¹⁰ Apesar do Código de Postura Municipal de 1925 ultrapassar o recorte do objeto desta dissertação (a festa de 07 de setembro de 1922), as leis e as modificações nele inseridas refletem os debates de anos anteriores.

mundo em coisas e em espaços sujeitos a restrições e os espaços não sujeitos a restrições. As regras que envolvem as coisas sagradas se colocam como uma forma de manter puros os espaços e coisas escolhidos pela sociedade. Na verdade estas coisas ou espaços não possuem nada em si que lhe tornem sagradas, tal como já dito, é da sociedade que emana tal atributo (Douglas, 1991).

A coesão social que se dá na esfera do sagrado constrói-se na Belo Horizonte do final do século XIX / início do século XX majoritariamente no espaço da casa, não oponente à presença de templos religiosos. Os moradores utilizavam a residência não só como um espaço sagrado, mas como também um local de epifanização do sagrado católico. São muitas as notícias que apresentam a realização de novenas em casas de particulares e de casas abençoadas antes de serem ocupadas, como evidencia jornal *Bello Horizonte*:

“No dia 13 do corrente foi benta a casa para onde foi transferiu-se o nosso bom amigo e coadjutor Prudencio G. da Silva, situado na Rua Goitacases” (26 de junho de 1898: 03).

Esta reunião para a benção da casa, assim como a maioria das demais noticiadas, era motivo para uma particular comemoração festiva.

“Em intimidade foi-nos a nós e aos empregados dessa folha oferecidos um jantar. Ao ‘dessert’ brindamos ao coadjutor manifestando-lhe nossos sentimentos de auto estima e gratidão” (*Bello Horizonte*, 26 de junho de 1898: 03).

Sendo assim, as festas domésticas, que figuravam de forma recorrente nas colunas sociais, traziam uma positiva repercussão pública, sobretudo se emanadas do religioso. Nota-se que na “nova” – no duplo sentido do tropo – capital, seguindo os preceitos da modernidade, a religião volta-se para a vida privada. Mas, apesar da evidência do domínio privado na vida religiosa moderna, as manifestações não se resumem a este espaço, como veremos nas *cenar*s outras construídas nesta dissertação (Touraine, 1997).

Por enquanto, continuo apresentando as *cenar*s festivas no âmbito doméstico, iniciando por um espaço que, apesar de estar fisicamente localizado em local público, apresenta o ideal de intimidade e de personificação do espaço da casa: o cemitério. Palco de *cenar*s festivas tristes, mas extremamente concorridas, como apresenta *O Arauto*:

“Foi pois dolorosamente que a notícia do seu falecimento ecoou na Imprensa Oficial, onde o Sr. Dr. Mário de Lima, diretor do estabelecimento, determinou logo várias homenagens de pesar, e mandou que à frente do edifício fosse hasteada a bandeira a meio pau. O enterro do Sr. José Augusto de Oliveira realizou-se ontem, pela manhã sendo muito concorrido, vendo-se sobre o caixão várias coroas com expressivas dedicatórias” (05 de março de 1922: 03).

Os cemitérios são vislumbrados como espaços de liminaridade, uma zona de fronteira. Os velórios – tanto nos cemitérios quanto nas residências – e os enterros são referidos em praticamente todos os jornais pesquisados e, na maioria das vezes, se

colocam lado a lado com as festas de aniversário e de casamento. Vale lembrar que funerais, aniversários e casamentos são atos coletivos que respondem às prescrições intransponíveis da vida, inevitáveis para construção social (Duvignaud, 1983).

Vale lembrar também que a importância das celebrações de morte mostra-se como um ritual recente. Aqui, retomo a linha da história para entender melhor o destaque do funeral na modernidade. Até o século XII o ato de morrer era visto como uma questão banal e corriqueira, sem motivo para comemorações. Muitas vezes os corpos eram abandonados fora dos muros das cidades ou entregues aos cuidados da Igreja. A rotina de visitar pessoas mortas não era um hábito comum, ainda mais que a identificação do local do enterro não se mostrava como uma prática usual (Le Goff e Moraes, 1998).

A localização exata do corpo era privilégio dos mortos enterrados nos limites do templo religioso. Tal prática simbolizava uma aproximação do morto com os santos, fator este que poderia ser determinante para a entrada no Reino dos Céus. Como ressalta Nascimento, “mesmo em fins do século XVIII, quando o medo das chamas do Inferno já havia diminuído consideravelmente, ainda havia aqueles indivíduos que desejavam (e conseguiam obter) uma proximidade do corpo morto com a corte celeste, afim de garantir cuidados especiais à sua alma” (2006: 230).

Entretanto, já na segunda metade do século XVIII as atitudes frente à morte começam a se alterar principalmente pelo grande acúmulo de corpos ao redor ou dentro das Igrejas, que provocavam mal cheiro e doenças. O discurso em prol da saúde pública ganha espaço e são designados locais específicos para o enterro dos corpos, já que a Igreja não zelava pelos mortos de forma sistemática: “os mortos não deviam continuar a envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, através de um verdadeiro culto laico, a sua veneração” (Abreu, 1994: 207).

Inicia-se um processo de privatização da morte. Os corpos passam a ser velados nas casas e enterrados nas propriedades das famílias ou nos cemitérios, garantindo a certeza do local do enterro. A prática de visitação aos túmulos passa a ser afirmada, os cultos de recordação do ente morto ganham o aval da sociedade. Os cemitérios tornaram-se locais de peregrinação e de memória das cidades recuperando o *status* que tinham na Antiguidade e que havia sido esquecido na Idade Média.

Com a individualização trazida pelos tempos modernos, a morte passou a ser singular e personalizada, o objeto de uma série de rituais não só no dia da morte, mas também nas comemorações posteriores de sete dias, meses ou anos de morte, como demonstra o anúncio abaixo:

“Na Igreja do Rosário será rezada amanhã, às 8 horas, uma missa em alma do saudoso comendador José Pedro Xavier da Veiga e mandada dizer pelo senhor Octávio Barreto de Oliveira Braga e seus filhos” (*Diário de Minas*, 18 de agosto de 1900:01)

A realização de rituais de morte está intimamente relacionada à crença cristã da vida após a morte. Com o nascimento do purgatório, cria-se uma outra possibilidade além do céu e do inferno. Possibilidade esta que é passível de intercessão dos vivos frente ao destino definitivo do morto. Os recursos de missas, de velas, de orações em prol do falecido podem garantir que, mesmo na vida além-túmulo, haja perdão dos pecados e entrada no céu. O purgatório se apresenta como um local de fronteira que traz uma co-relação do mundo dos vivos com o mundo dos mortos. Sendo assim, as celebrações fúnebres são comemorações festivas que garantem não só a entrada na vida eterna como epifanizam a interferência do homem nas decisões de Deus. O universo dos

vivos mantém uma ligação direta com o universo dos mortos, assim sendo, a responsabilidade de definição do fim dos que já morreram perpassa os atos dos que ainda vivem (Le Goff, 1993).

Na cidade de Belo Horizonte, as festas tristes não eram apenas anunciadas, mas também tratadas em tom jocoso:

“Falecimentos: morreu ontem aquele que estava vivo anteontem!

Enterro: um carpinteiro enterrou um prego todo em uma tabula!”

(*O Arrepiado*, 04 de setembro de 1921).

Os funerais eram igualmente ocasiões para exibição social como evidencia a notícia abaixo:

“Algumas senhoritas da capital preparam lindas sombrinhas para exibirem por ocasião do enterro” (*O Alfinete*, 24 de março de 1907).

As descrições detalhadas das cerimônias fúnebres eram recorrentes, principalmente ao se tratar de morte de pessoas relevantes para a sociedade ou de mortes trágicas, como assassinatos ou acidentes de grande repercussão. Na notícia do periódico *Academia* tem-se uma longa narrativa do ritual de um jovem estudante de direito assassinado.

“Logo após a missa, da qual foi celebrante o reverendo padre Francisco Martins Dias, teve lugar a solenidade do Requiem ao pé

do singelo e improvisado cadafalso que os alunos mandaram levantar no centro do corpo da Igreja. Enquanto durou esta solenidade fúnebre, executou algumas peças também fúnebres a música do 1º Batalhão Policial obsequiosamente cedida pelo coronel Felipe de Mello” (30 de junho de 1898: 04).

Além das usuais missas de corpo presente, de sétimo dia, de um mês, ou de um ano de morte, em alguns poucos casos noticiados, tem-se as de aniversário de morte, privilégio das personalidades de destaque. No decorrer da coleta dos dados foram poucas as vezes que encontrei a mesma comemoração noticiada em mais de um ano, tal como no caso do aniversário de morte de Floriano Peixoto:

“Os brasileiros celebraram no dia 29 o segundo aniversário de morte do Marechal Floriano Peixoto, encarnação do amor da Pátria e glória do Exército Brasileiro” (*Aurora*, 01 de julho de 1897: 04).

“Com fim de comemorarem a data do falecimento do marechal Floriano Peixoto alguns moços admiradores do ilustre morto se reuniram para deliberarem sobre os meios de se fazer dignamente no dia 29 do corrente. Que saia uma comemoração digna do comemorado e dos comemorantes” (*Bello Horizonte*, 26 de junho de 1898: 02)

Lado a lado com a relevância dos anúncios de morte, estavam os de enlace matrimonial como propiciador de uma afirmação social na “nova” capital. No mês de maio eram comuns as notícias de casamento, já que este é o mês dedicado à Maria, às mães e às noivas, como ressalta o periódico *Footing*.

“Maio é o mês que abre mais claros nas fileiras cerradas do celibatarismo. É o mês em que o celibato sente melhor as brechas e as fraquezas da suas doutrinas. Maio poderá convencê-lo mais que quaisquer outros argumentos, das excelências dos laços apertadíssimos” (05 de junho de 1921: 04).

O casamento foi trazido ao Brasil ainda nos tempos coloniais estando vinculado à orientação de Portugal de organizar a família com base nos preceitos cristãos. O ritual nas Igrejas eram privilégios de poucos. Apesar das constantes excomunhões e censuras, a grande maioria da população colonial vivia em regime de concubinato. Com o passar dos tempos, o ritual de casamento se populariza, mas mantendo suas funções primeiras de marcar uma passagem social, material e simbólica (Del Priori, 2006).

Pelo destaque e grande número de notícias de enlaces matrimoniais, arrisco a dizer que o casamento era o mais relevante ritual de afirmação social no período analisado. Tal fato é corroborado pelas inúmeras dicas para se casar como a do periódico *O Arrepiado*:

“Toda mulher deve mostrar-se sempre impossível, orgulhosa e difícil, pois o rapaz da geração moderna tem em mira e cobiça tenazmente – o desconhecido – e para obter o que almeja arrasta

sacrifícios sobre humanos e aquela que não proceder assim terá, como prêmio da sua facilidade, desconsideração popular e perdurará em toda a sua vida a noção impagável de honra. Mulheres, um conselho precioso – mostre insensíveis à conquista!” (*O Arrepiado*, 30 de outubro de 1922: 05).

E dos alertas do jornal *A Esquina* sobre as condutas das mulheres que desejam casar.

“Quando o diabo vos disser ao ouvido que deveis lançar uma corda na janela de vosso quarto à rua, onde está um homem muito bem vestido e perfumado a vos dizer coisas lindas, não deveis fazê-lo. Se o diabo insistir deveis afastar da janela ainda que pareça falta de educação ao homem delicado que lá embaixo diz coisas lindas. Se você não procederdes assim, vós vos arrependeis. Se não vos arrependerdes no momento em que não me ouvistes vós vos arrependerdes sete ou nove meses depois” (*A Esquina*, 01 de março de 1920: 03).

A importância do ritual de casamento é acrescida pelos anúncios de agências de auxílio aos matrimônios.

“Sociedade de auxílios mútuos de casamento: aprovada pelo Decreto nº 10.482, de 15 de outubro de 1913. Autorizada a funcionar em todo o território da República. Agência nos estados

de Minas, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. Constitui de dotes de 30 contos na 1ª série, 20 contos na 2ª série, 10 contos na 3ª série, 5 contos na 4ª série, 3 contos na 5ª série. O segurado pagará desde a emissão da apólice até a efetiva liquidação e por casamento que realizar” (*O Debate*, 17 de junho de 1914: 03).

Não obstante a relevância dada ao casamento e das condutas que a ele levavam os periódicos brincavam com o tema. As notícias surgiam com tom jocoso, lançando sombras:

“Sabe leitor, o que é casamento? É a união de corpos, dois seres, enfim, dois tolos em um só. É a permissão social de dois indivíduos de sexo diferentes, poderem viver juntos, brigar e fazer tudo aquilo que queriam. Ora, para se casar tem que se primeiro ter a escolha da mulher – o que é fácil, como se diz o refrão, mulher e cachaça toda parte se acha.” (*O Arrepiado*, 07 de março de 1921: 02).

Em tom de repreensão ou de comédia, o casamento ocupava as colunas sociais. Veja-se o anúncio típico:

“Gazetinha: Nos dias 7 e 8 estará em festa o lar do nosso venerado amigo major Manuel Carlos Pereira de Andrade, capitalista residente na rua Estação do Sítio. Casam-se sua filha Ediméa de Andrade com o Sr. Thomás Duffles e seu filho o Sr.

Mário de Andrade com d. Elvira de Andrade” (*Diário de Minas*, 06 de novembro de 1899: 02).

Os anúncios antes da ocorrência do festejo concorriam com a apresentação das cerimônias já realizadas:

“Sociais: 25 de fevereiro passado realizou-se nesta capital o enlace matrimonial do Sr. José Paulino Andrade com sua gentil senhorinha Maria Pereira de Andrade. Aos esposos desejamos feliz existência conjugal” (*O Arauto*, 12 de março de 1922: 02).

“Notas sociais: contrataram casamento o Sr.º Dr.º Emygdio Germano Filho e a gentil senhorita Maria José Suchow de Lima dileta filha do Dr.º Augusto de Lima diretor do *Diário de Minas*. Aos noivos desejamos toda a felicidade que merece” (*Diário da Tarde*, 08 de junho de 1910: 02).

Os proclamados valores laicos da “nova” capital eram alvo de críticas em alguns jornais.

“Ora, ninguém contesta que o casamento cívica, único adotado em substituição ao casamento religioso, que no Brasil vigora a quase quatro séculos, seja uma bofetada lançada, à face da sublime religião do Mártir do Carvalho. Ninguém ignora que o

divórcio é uma lei contrária à lei divina” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01).

Entretanto, é importante destacar que o jornal é de orientação católica, por isso a solução das ditas atrocidades cometidas e causadas pela República é noticiada.

“Mandar um oficial assistir os casamentos nos templos, para dar fé do ato, lançando o competente registro, quer esses casamentos fossem feitos perante os ministros da religião católica, quer mesmo fossem feitos em outra qualquer confissão religiosa (por nesse caso o ato é sempre um sacramento, desde que os nubentes sejam batizados” (*Bello Horizonte*, 01 de dezembro de 1895: 01).

Não obstante a maneira como o casamento é festejado, como em toda festa, as indumentária e o banquete são essenciais para a composição das *cenar*s. Nos jornais belo-horizontinos encontram-se lojas especializadas para tais:

“Alfaiataria Pedro II de Ottilio Prado com atelier para senhoras no andar superior. Vestidos para casamentos, bailes, teatros, passeios, etc. Custumes feitos com a direção da alfaiataria. Rua São Paulo 421 – 425. Tel 403” (*Footing*, 05 de junho de 1921: 07).

“Confeitaria Brasil: balas finas, bombons finos e de chocolate – Especialidade em decoração para casamento e batizado” (*Os fenianos*, 01 de fevereiro de 1921: 04).

Apesar dos inúmeros anúncios de casamento, não foram encontradas descrições detalhadas das *cenas* festivas do ritual, em contraponto, algumas notícias de festas de aniversários eram detalhadamente apresentadas, como a redigida pelo *Diário de Minas*.

“Por motivo do aniversário natalício de sua diletta e gentil filha, senhorita Alda Ferraz, houve ontem na residência do Sr.º Coronel Júlio Ferraz uma alegre e interessante diversão, a que a simplicidade e a pureza do lar deram o mais sedutor encanto. A amável senhorita, como a todos que em grande número ali foram levar as suas saudações, cheias de afeto e admiração que inspiraram as suas qualidades, fora reservada uma agradável surpresa, tal a representação da interessante comédia ‘Baroneza d’Oville’” (21 de agosto de 1900:02).

Na sequência, o jornal relata os acontecimentos festivos ocorrentes após a peça de teatro.

“Segui-se-lhe a animada e concorridíssima *soirée*, que se prolongou até a madrugada entre as mais vivas expressões de júbilo. Ao se servir o chá, o acadêmico Ernesto Cerqueira, em

frases buriladas, brindou a gentil aniversariante” (*Diário de Minas*, 21 de agosto de 1900:02).

Compondo a *cena* de aniversário, as danças e os cantos são ressaltados pelo jornal.

“No intervalo das danças, fez-se ouvir a bela voz da senhorita Nandhica Cerqueira, que cantou uma belíssima melodia” (*Diário de Minas*, 21 de agosto de 1900:02).

Outras comemorações de aniversário são apresentadas como as de casamento, de forma singela e pontual, como mostram as notas abaixo.

“Registra-se hoje a sua data natalícia a Sr.^a D. Altina da Costa Lobo, esposa do Sr. Major Aurélio Lobo, honrado tesoureiro da prefeitura” (*A Capital*, 19 de fevereiro de 1902: 03)

“Aniversário: passou a 20 deste, o da gentilíssima senhorita Violeta M. Franco, que alia a graça e a formosura, um espírito altamente culto. ‘O Alfinete’, embora tardiamente, prega-lhe ao colo um bouquet de violetas (*O Alfinete*, 24 de março de 1907: 02).

“Transcorreu, a oito do mês passado a data de aniversário do nosso prezado amigo Mario Puri. Parabéns” (*O Arrepiado*, 01 de janeiro de 1922:01).

Todavia, as notícias que iam além do simples registro de aniversário e teciam a *cena* festiva, destacavam as residências particulares, como o lugar da e festa e as famílias dos aniversariantes. Tal posicionamento reforça o processo de afirmação social presente na sociedade belo-horizontina remanescentes dos valores de Vila Rica. As notícias abaixo são exemplos de construções deste usual tipo de *cena* em Belo Horizonte.

“Viu ocorrer na data de ontem o seu aniversário natalício, a graciosa senhorita Sophia, estremeçada filha do major Raymundo Felicissimo da Secretaria do Interior. A gentil aniversariante, que é um belíssimo ornamento de nossa sociedade, mais uma vez tem o ensejo de ver o quanto é estimada, dado o grande número de amiguinhas e admiradores que afluiu em sua residência com fim de cumprimentá-la” (*Excelsior*, 27 de janeiro de 1922: 08).

“Na residência do estimado cavaleiro, Sr.º Leopoldo de Andrade, houve ontem, por motivo de feliz aniversário de sua filha, a gentil e distinta senhorita Angelina Andrade, uma animada e concorrida *soirée*” (*Diário de Minas*, 28 de agosto de 1900:02).

Neste ponto faço uma pausa e abro um parêntese teórico-metodológico para perceber as *cenias* de festas particulares pelo esquema dos rituais de passagem proposto por Van Gennep, que se subdividem em ritos de separação (preliminares), ritos de margem (liminares) e ritos de agregação (pós-liminares). De acordo com o autor, “os ritos de separação são mais desenvolvidos nas cerimônias dos funerais, os ritos de agregação, nas do casamento. Quanto aos ritos de margem, podem construir uma secção importante, por exemplo, na gravidez, no noivado, na iniciação, ou se reduzem ao mínimo na adoção, no segundo parto, no novo casamento, na passagem da segunda para a terceira classe de idade, etc.” Mas, como bem ressaltado por Van Gennep, esta classificação não pode ser “tão rígida quanto a dos botânicos”, assim como não há a pretensão em dizer que “todos os ritos de nascimento, da iniciação, do casamento, etc. sejam apenas ritos de passagem”. Há uma flexibilidade no esquema apresentado (1978: 31 e 32).

Assim sendo, nesta escritura transponho a relação do esquema dos ritos de passagem para Belo Horizonte. Aqui, separação e agregação se fazem em relação aos valores que a cidade almeja separar – tradição e religião – e agregar – modernidade e laicidade. Percebe-se até então, que as primeiras *cenias* festivas da capital epifanizam principalmente os valores tradicionais religiosos de Vila Rica e do Arraial do Curral D’El Rey, sem deixar de pontuar alguns valores modernos e laicos.

A apresentação dos rituais propicia a percepção desta típica ambivalência de valores vivida na modernidade, ou utilizando o conceito de Van Gennep (1978), os rituais epifanizam o estado limiar em que Belo Horizonte se encontra.

Retomando aos jornais, nestes há espaços especiais de propagação dos rituais, como as colunas ‘Sociais’ do *O Arauto* e a ‘Gazetinha’ do *Jornal Diário de Minas*. As já citadas festas íntimas de aniversário, de casamento, de velório e de funeral, bem

como as festas organizadas pelos clubes particulares pautam suas relações em preceitos muito mais voltados, como já referido, para os valores da casa em detrimento dos valores da rua. Nos periódicos é nítida o ovacionamento de clubes compostos por bons membros da sociedade e com condutas morais pertinentes em prol da cidade. Alguns clubes contavam com colunas praticamente diárias nos jornais como, por exemplo, o Clube das Violetas no *Diário de Minas*.

“Reunem-se domingo, à 1 hora da tarde, no Clube das Violetas, a diretoria do clube, a orquestra e os diversos membros do ‘Grupo dos Jardineiros’ para fixarem o programa das festas com que o clube soleniza o seu aniversário. Parece que nesse dia serão propulsadas algumas surpresas” (24 de agosto de 1900: 02).

“Realiza-se amanhã no Clube das Violetas, a 7ª palestra semanal falando o talentoso acadêmico Ernesto Cerqueira, o poeta das ‘Iluminuras’, sobre as ‘Lendas do Oriente’. A inteligente senhorita Luiza Cerqueira, tão aplaudida nos salões elegantes da capital, cantará após a palestra” (28 de agosto de 1900:02).

“Nas formosas festas, que se preparam para comemorar o aniversário do Clube das Violetas sabemos que há gratíssimas surpresas, o que aliás é de esperar-se, tal o entusiasmo com que a elegante sociedade desenvolve energias para marcar de ouro o dia de sua fundação” (29 de agosto de 1900: 02).

Não oponente a preferência dos jornais por alguns segmentos sociais, as festas íntimas contribuía para a formação de pequenas, mas não menos importantes *cenar* festivas na cidade. Como dito, a coesão social parece ser construída muito mais na esfera das festas particulares já que, eram ainda poucos os encontros a céu aberto. Estes se concentravam majoritariamente no largo da Matriz da Boa Viagem, na Praça da Liberdade e no Parque Municipal, muitas vezes, enriquecidos com os eventos de companhias teatrais ambulantes e de bandas de música, como apresenta o *Bello Horizonte*:

“Hoje haverá música no parque. O senhor Coronel Felipe de Mello deu ordem para que a banda de brigada toque todas as tardes de domingo naquele jardim público” (26 de junho de 1898: 02).

Mas, como ressaltado, a vida nas ruas ainda era incipiente. O grande *lócus* de efervescência era nas casas de residências, nos clubes, nos grêmios e nas associações, criados por afinidades de literatura, de jogos ou de carnaval. Antes da virada para o século XX a cidade contava com diversas associações que eram fortes articuladoras das primeiras *cenar* de festa na cidade, se colocando como alternativa entre as grandes festas de rua e as íntimas festas domésticas. Apesar dos festejos promovidos por estes grupos serem uma mistura das festas de ruas – já que em alguns momentos tomavam o espaço público – e de festas íntimas – pois os participantes eram apenas membros ou convidados dos grupos promotores, o tom particular ditava a conduta festiva.

A associação de ciclista Velo-Club é uma das primeiras referências de clube identificado no campo historiográfico-etnográfico. O grupo foi criado para ter-se possibilidades outras de lazer na cidade:

“Muita gente se queixa da falta de diversão nesta Capital, de modo que o Velo-Club veio para preencher uma lacuna” (*Academia*, 30 de junho de 1898: 04).

Já o Clube Belo Horizonte, pautava sua diversão nas conferências literárias, apesar de saber do pouco interesse da sociedade belo-horizontina pelos livros.

“No próximo mês de abril será iniciada nos salões do Clube Belo Horizonte, uma série de conferências literárias que com certeza serão as mais atraentes e aplaudidas de quantas se tem aqui realizado. Como se vê, a moda pegou, embora a nossa sociedade – sejamos francos – se interessa pouco pelos torneios da palavra e do espírito. Mas nem só de pão vive o homem.... e o exemplo de reação e tenacidade que está dando o Clube Belo Horizonte é digno de apoio do nosso meio” (*Actualidade*, 19 de março de 1906: 03).

Na esteira das festividades envoltas com a literatura, o Grêmio Literário Ruy Barbosa também organizava festas que extrapolavam o tema da associação. Em maio de 1913, o encontro apresentou uma atmosfera cívica, com a comemoração da promulgação da constituição mineira.

“A simpática associação literária destinada ao cultivo intelectual de suas associadas, as suas dirigentes já promoveram a realização de diversas sessões solenes, sendo que a última se realizou com grande brilho no dia 13 de maio no Teatro Municipal. Por essa ocasião falaram o conhecido e aplaudido literário Dr.º Aurélio Pires e as senhoritas Amarylles Lages e Ester Corrêa Ramalho, respectivamente oradora e presidente do grêmio. Comemorando a data da promulgação da constituição mineira, realizou-se no dia 15 uma sessão extraordinária” (*Aeroplano*, junho de 1913: 01).

O Clube Rose se destaca nos periódicos como um dos grandes propulsores de festas particulares, como noticia o jornal *Diário de Minas*:

“O elegante Clube Rose revestiu anteontem de galas as mais pomposas, e com o brilho que não foi inferior ao de suas partidas passadas, solenizou sua reorganização com um magnífico sarau, cuja sua reminiscência perdurará, agradabilíssima, no espírito de todos que a ele compareceram” (*Diário de Minas*, 20 de Agosto de 1900).

Pelas notas anteriores e posteriores aos eventos, o Clube Rose aparentava ser bastante relacionado. Propiciador de encontros de outros clubes em suas festas, ampliava das relações sociais de Belo Horizonte e com outras cidades.

“O clube vai convidar para tomar parte de seus festejos os clubes Comercial e Acadêmico de Ouro Preto” (*Diário de Minas*, 29 de agosto de 1900: 02).

As *cenar*s festivas de inauguração dos clubes eram recorrentes nos jornais. Fator este esperado para uma cidade com poucos anos de vida. Nos jornais abaixo temos exemplos de inaugurações dos clubes na cidade.

“Definitivamente organizada a sociedade recreativa ‘Flor da Independência’ cujos os fins são muito conhecidos” (*Diário de Minas*, 18 de agosto de 1900: 01).

“Foi fundado no colégio Cassão, a 12 de outubro, o ‘Grêmio Literário Científico Ruy Barbosa, pelas alunas do mesmo estabelecimento. Participaram a criação do grêmio ao ilustre conselheiro Ruy Barbosa pelo telegrama” (*Diário de Minas*, 30 de outubro de 1912: 01).

Em contraponto às esperadas inaugurações, as *cenar*s festivas de re-inaugurações de clubes também são notícias nos periódicos. O Clube Rose e o Clube dos Bohemios tem a segunda fase noticiada pelos periódicos:

“Amanhã realiza-se o baile inaugural da segunda fase do Clube Rose. Dessa partida disseram maravilhas e fala-se que sustentará

brilantemente as tradições do elegante grêmio” (*Diário de Minas* 17 de Agosto de 1900: 02).

“Realiza-se hoje no salão do Clube das Violetas a anunciada partida do Clube Rose, ultimamente reorganizado” (*Diário de Minas*, 18 de Agosto de 1900: 02).

“‘O Momento’ noticiou ontem que o Clube dos Bohemios reabriu-se” (*Domingo*, 11 de abril de 1915: 05).

Não obstante a relevância das segmentações de clubes, os voltados para a festa de carnaval eram dos mais propagados nos periódicos. Talvez pela relevância que o carnaval tem na sociedade brasileira, já que é a festa “maior e mais importante, mais livre e mais criativa, mais irreverente e mais popular de todas” (DaMatta, 1986: 71).

Como noticia o periódico belo-horizontino especializado no tema, o carnaval brasileiro é também destaque no cenário mundial:

“No Brasil o reinado da folia suplanta o carnaval elegante de Nice e o alegre carnaval de Much” (*Carnaval*, 26 de fevereiro de 1922: 01).

Os grandes responsáveis por este festejo em Belo Horizonte eram os clubes particulares de carnaval. Além da organização de bailes e cortejos nas ruas, os clubes realizavam festas no decorrer do ano em prol da arrecadação de verbas. Estas,

juntamente com as mensalidades dos sócios, promoviam os desfiles e os bailes carnavalescos.

Seguindo a linha segregacionista do traçado urbano, os valores mensais de cada clube também eram uma das formas de delimitar os sócios. Como por exemplo, enquanto “os valores do Clube Horizontino variavam entre 3\$000 a 5\$000 (três mil a cinco mil réis) a contribuição mensal dos Matakins poderia oscilar entre 5\$000 a 10\$000 (cinco mil a dez mil réis)”, sendo que a inadimplência sem justificativa durante um mês significava a expulsão do sócio. (Pereira Filho, 2006: 91).

Além da segmentação provocada pelo pagamento das mensalidades, os clubes de carnaval estipulavam em estatutos as regras para a integração dos sócios. O Clube Matakins se posicionava da seguinte forma para a admissão de sócios: “serão sócios do clube as pessoas de posição social definida, sem distinção de estado e nacionalidade, cujas propostas sejam aceitas pela diretoria” (Pereira Filho, 2006: 91).

Disponibilizado ao Chefe de Polícia, os estatutos também possuíam os nomes dos integrantes, para fácil identificação caso algum problema ocorresse durante a festa. Os integrantes dos clubes também eram apresentados à sociedade belo-horizontina pelos periódicos locais, como mostra a notícia.

“Bloco Cutubas: Edgar, sempre pensando no futuro; Mariquita, sempre em discussões científicas; José Miguel, querendo dar uma de Ruy Barbosa, o delírio dos Cutubas no carnaval; o desembaraço de Carmelita; a melancolia do Cláudio; Aracy a mais modesta; Oswaldo S. o mais ajuizado; Zinha sempre ausente nos bailes; o olhar conquistador do Clementino; Arthur sempre extraordinário” (*O Arrepiado*, 16 de outubro de 1921: 02).

Assim como os outros tipos de clube, os carnavalescos mantinham atividades nas ruas. Nas épocas do reinado de momo, os blocos tomavam a cidade, mas mantinham a agregação pautada nos preceitos íntimos da casa. Ocorriam no carnaval belo-horizontino os cordões e os desfiles dos blocos, que eram amplamente noticiados pelos periódicos.

“Ouvimos por ai que vários elementos de nossa sociedade tratam da organização de um cordão que com o nome de Cordão do Manque percorrerá as ruas da capital durante os três dias consagrados ao reinado de Momo” (*Os Fenianos*, 01 de fevereiro de 1921: 02).

O Arauto noticia sobre o bloco carnavalesco Crysânthemus:

“Foi grandioso o sucesso alcançado, no carnaval deste ano, pelo Bloco dos Crysânthemus formado de 30 graciosas gueixas e um outro tanto de rapazes de nossa principal sociedade. Esse bloco percorreu, sob aplausos, as nossas ruas, entoando belíssimas canções especialmente compostas para o bloco” (05 de março de 1922: 02).

O mesmo jornal segue com a notícia do bloco Cotubas.

“Cotubas: este bloco carnavalesco percorreu, já muito apreciado pelo nosso público, percorreu também, como nos anos anteriores, as nossas ruas, cantando versos” (*O Arauto*, 05 de março de 1922: 02).

A diversão tomava as ruas, mas o ordenamento urbano não era esquecido. Os já citados Códigos de Posturas da cidade de Belo Horizonte eram um dos elementos que auxiliavam na organização das festas de rua, que nem sempre apresentava problemas:

“Não registrou nenhuma desordem durante os festejos do carnaval, o que atesta a boa índole do povo e a eficácia do serviço policial, o que é de justiça registrar” (*A Epocha*, 19 de março de 1905: 02).

O carnaval de rua de Belo Horizonte retoma os carros alegóricos para a composição da *cena* festiva. Como apontado anteriormente, os carros alegóricos foram elementos cênicos recorrentes a partir do século XVIII nas *cen*as festivas barrocas, sendo estas carnavalescas ou não. Segundo Tinhorão, “a associação dos interesses real e religioso iria lançar no século XVIII uma moderna forma de evento público, que valia por uma encenação espetacular de poder: o desfile sobre rodas de alegorias barrocas” (2000: 105).

No *O Arauto* há referência aos carros alegóricos de um famoso clube carnavalesco.

“Clube dos Femianos de que é presidente o sr. Paulino Veiga e cujos carros ao atravessarem as ruas de Belo Horizonte na noite de 3ª feira foram muitíssimos apreciados” (12 de março de 1922: 03).

Em outra publicação, há a descrição detalhadamente dos carros alegóricos.

“Carros de alegorias dos progressistas. 1º carro: uma meia lua a qual ia a elegante menina Ameliuzinha A. Barcelos, ricamente fantasiada de neve. 2º carro: uma grande sereia sustentando uma concha e sobre esta um progressista Netuno empunhando o estandarte chefe do clube, 5 metros de altura e 4 metros de comprimento. 3º carro: uma jarra de flores e sobre uma grande rosa a menina Alzira de Castro Ribeiro, fantasiada de borboleta, 6 metros de altura e 3 metros de comprimento” (*A Epocha*, 19 de março de 1905: 03).¹¹

Até mesmo os carros alegóricos de feição mais pobres eram apreciados pelo público e noticiados pelos jornais belo-horizontinos:

“Os carros do bloco carnavalesco Tenentes do Diabo, enquanto pobres, foram apreciados pelo povo, que reconhecia a boa vontade dos sócios daquele clube” (*O Arauto*, 05 de março de 1922: 02).

¹¹ Progressista era um clube carnavalesco de Belo Horizonte.

Cabe ressaltar que estas alegorias carnavalescas são elementos confeccionados especialmente para a *cena* festiva do carnaval e consumidas inteiramente no momento ritual. Segundo Cavalcante, “os carros alegóricos radicalizam a singularidade e a unicidade, associando-as não à permanência e à duração, mas a uma transitoriedade radical que pode ser aproximada a uma espécie de consumo sacrificial”. Além disso, nas *cen*as festivas de carnaval o gasto e o consumo de alegorias tomam uma proporção de ostentação, luxo, pompa, típicos do espírito barroco. (2006: 25) ¹².

Como colocado, o barroco se impõe nas *cen*as festivas como uma realidade que vai além das periodizações canônicas da arte e do estilo. A designação barroca se vincula a uma visão de mundo que compõe a construção de *cen*as brasileiras. O espírito barroco propicia um consumo delirante, uma produção do nada. Como colocado por Duvignaud, “o ato do barroco pratica o sacrifício inútil” (1997: 164).

Perseguindo a matriz barroca, as *cen*as de festa de carnaval movimentam a cidade de várias formas, como apresenta a notícia abaixo.

“Nas ruas, avenidas, praças, clubes e cabarés e casebres, em todos os meandros da capital, o deus folião será o senhor absoluto, ao fragor demoníaco dos guizos e pandeiros, no alvoroço das fanfarras e clarins” (*Carnaval*, 26 de fevereiro de 1922: 01).

¹² Festa e sacrifício são intimamente articulados, sendo possível afirmar que toda a festa tem uma atmosfera de sacrifício, já que “a dialética da festa reforça e reproduz o sacrifício” (Callois, 1988: 95). A idéia de sacrifício remete a uma consagração, ou seja, a alteração de um elemento profano em um elemento sagrado. Neste processo de transformação, a vítima do sacrifício tem acesso às forças religiosas as forças vitais que mantêm viva a sociedade. Até mesmo quando não se tem uma vítima, como o caso das *cen*as festivas analisadas nesta escritura, a idéia de sacrifício permeia a questão da festa. No caso do carnaval há o sacrifício dos carros alegóricos que são bens materiais construídos e consumidos exclusivamente no momento da festa.

Entretanto, apesar das múltiplas possibilidades de festejar o carnaval, nem sempre a festa transcorria de forma animada como assim prevê o festejo. Em *Actualidade*, a *cena* construída apresenta um carnaval realizado pelos clubes sem grande folia.

“As festas carnavalescas, este ano, correram o mais fria e desenhadamente que imaginar se possa. O Clube dos Progressistas, honra lhe seja, esforçou se muito para fazer vibrar a alma da multidão, e, em verdade apresentou-se com galhardia e saiu-se bem. Os Matakins limitaram-se aos preliminares do Zé Pereira. Os mascarados avulsos, a não ser um ou outro que se destacou por alguma nota pitoresca, a poder de muita boa vontade e convicção, estiveram simplesmente pifos” (09 de março de 1906: 01).

Mesmo sem grande animação, tanto nas ruas quanto nos espaços fechados, o carnaval também era uma possibilidade de criticar políticos e situações vividas na cidade, como apresenta *A Epoque*.

“Carros de crítica: 1º carro: um burro de carga representando o Zé Povo. 2º carro: uma crítica à questão do Peru com o Brasil (19 de março de 1905: 03).

Não só os carros alegóricos faziam parte das *cenas* festivas de crítica e de riso de Belo Horizonte, os bailes eram amplamente noticiados. Todavia, a já destacada segmentação social dos espaços urbanos e dos clubes é epifanizada nas festas de carnaval, como nos apresenta a notícia abaixo.

“Em todos os cantos da cidade samba-se hoje. Há bailes para todos os paladares. Para os quebrados, ou melhor, para os estudantes, Darcilo, Mendes, Jair, Jaime, etc. Há os bailes familiares. Para os mediocrementemente arranjados como funcionários e gente do comércio; Zé Nicolau, Bolivar, Campos Junio. Para os coronéis Braulio, Niso, Tião, C. Castro” (*Arlequim*, 22 de fevereiro de 1925: 03).

Na sequência da mesma notícia, há a designação dos bailes para negros, reforçando a questão segregacionista de Belo Horizonte.

“E finalmente, para os de raça escura e cabelo carapinha, os bailes de Candido Passos, apelidados: das criadas” (*Arlequim*, 22 de fevereiro de 1925: 03).

O tom jocoso presente nas festas tristes, também faz parte das *cenas* de carnaval. No periódico abaixo, as brincadeiras são até mesmo destacadas no decorrer da trama do texto.

“Fará sucesso no carnaval deste ano o bloco indígena composto dos Dr.º Noronha *Guarany* e Aleixo *Paraguassu Ubirajara Viana* e a Sr.º Adamastor *Timbarimbá* e *Aymoré Duarte*. O itinerário percorrido pelo bloco é o seguinte: *Tymbiras, Guajajaras, Guaycurus, Tamóios e Tupinambás*” (*Carnaval*, 26 de fevereiro de 1922: 07).

“O Sr.º Pelicano *Frade* não ouvirá confissões neste carnaval” (*Carnaval*, 26 de fevereiro de 1922: 07).

Em resumo, as festas particulares de Belo Horizonte destacadas nesta etapa da dissertação, agrupam os aniversários, os casamentos, os velórios e os funerais, bem como as festas dos clubes. Neste universo particular da casa, as construções de *cenar* festivas mantêm a tradicional matriz barroca dos tempos coloniais, se voltam para uma afirmação social, além de pautar nos valores morais da religião, deixando bastante ensombreados os preceitos laicos.

Sendo assim, pode-se perceber que as *cenar* festivas particulares epifanizam o universo do privado, do íntimo, da casa, da religião e da tradição, aproximando muito mais da afirmação do poder estabelecido pelo catolicismo frente à sacralização poder republicano constituído com construção da cidade moderna. Entretanto, há o esforço urbanístico e moral de construção de uma cidade moderna.

Até mesmo os festejos de carnaval, apreendidos por DaMatta (1977) como as festas de contra-poder, não subvertem a lógica supra citada. Por ser coordenado majoritariamente pelos clubes particulares, o carnaval aproxima intimamente dos valores das festas particulares.

Percebe-se até então, que a cidade não separa totalmente dos valores da tradição e da religião e nem agrega totalmente os valores da modernidade e da laicidade. Belo Horizonte coloca-se no estado limiar em relação à separação e à agregação dos valores pontuados.

Talvez, com a apresentação das festas públicas a agregação dos valores modernos e laicos previstos para Belo Horizonte seja epifanizada. Na esteira do esquema dos ritos de passagem de Van Gennep, investigo as festas que ganham as ruas de Belo Horizonte, questionando se a cidade separa dos valores tradicionais e religiosos, se a cidade agrega os valores da modernidade e da laicidade ou se a cidade se mantém no estado liminar.

A literatura antropológica mostra que este estado de margem é bem delimitado principalmente ao se tratar de territórios. A entrada de uma cidade, de um templo, de uma casa é usualmente balizada por um elemento material, seja este um pórtico, uma soleira, uma porta, uma pedra, um arco do triunfo. Em Belo Horizonte pode-se tomar a estação ferroviária como um marco de entrada, que teve sua festa de inauguração em 07 de setembro de 1895, antes mesmo da inauguração da cidade que, como já mencionado foi oficialmente inaugurada em 12 de dezembro de 1897.

A festa inauguração da Estação ferroviária de Belo Horizonte, apesar de ter sido preparada com antecedência, quase não ocorreu na data prevista “porque os dias precedentes, tendo sido chuvosos e sombrios, ameaçavam desarmar todo o prazer, tirando o brilho da festa. Entretanto, no dia 07 as “nuvens se dissiparam e apareceu um céu azul, sereno e límpido” A festa iniciou às 7 horas da manhã, na estação provisória de General Carneiro com música e fogos de artifícios. Os populares e autoridades locais aguardaram por um longo tempo a chegada do trem que trouxe o presidente do estado, os ministros e os senadores. Após todas as autoridades estarem presentes, um farto

almoço foi servido e “seguiram em demanda de Belo Horizonte, fazendo-se ouvir nessa ocasião harmoniosa sons musicais pela banda sabarense para este fim convidada, frequentes espoucar de foguetes, troadores tiros dinamicos e calorosos vivas ao Estado e à nova capital”. No trajeto, os populares aplaudiram e soltaram fogos de artifício com a passagem da locomotiva. Chegando à Praça da Estação, uma imensa população aguardava o trem ao som de bandas de músicas. Quando o presidente desceu do carro de passageiros, o Hino Nacional foi entoado, os trilhos foram bentos e uma missa foi realizada no centro da praça (Dias, 1997: 95 e 96).

No decorrer dos anos, outras etapas e estações do ramal férreo foram igualmente festejadas pela população de Belo Horizonte, como apresenta o periódico abaixo.

“E a inauguração se deu com foguetório vivas, discursos, apitos e fumaças. O comércio e o povo de Belo Horizonte vibraram de contentamento vendo realizada a sua velha aspiração. Os trens começaram a correr” (*A Capital*, 18 de fevereiro de 1921: 01).

A estação ferroviária é um limiar, um marcador de fronteiras, delimita o que é a cidade e da cidade e o que não é a cidade e da cidade. É uma espécie de soleira que liga o conhecido e o familiar ao desconhecido e ao estranho, para usar o jargão antropológico. Um território/zona de passagem, de *double bind*, das inúmeras possibilidades de construções de *cenias*, ou seja, um não-lugar (Augé, 1994).

Neste ponto é pertinente uma pausa teórica para explicar o uso do tropo não-lugares, utilizado por Augé nas análises de sociedades supermodernas. Estas estão passando por transformações espaciais de forma rápida e contínua devido às migrações sociais e às concentrações urbanas, provocando o surgimento de lugares de grande

circulação de pessoas, como os aeroportos, as rodovias, as salas de espera, os campos de refugiados, as estações de metrô, as estações rodoviárias e as estações ferroviárias. Segundo o autor, tais lugares não propiciam referências coletivas, por apresentarem como lugares de passagem, típicos das sociedades modernas e supermodernas (Augé *apud* Binde, 2009).

A estação ferroviária de Belo Horizonte é um não-lugar que abre as portas para o estrangeiro, o indivíduo que “não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de objetividade”. Um tipo de objetividade que significa a participação do estrangeiro operando de acordo com suas próprias leis, que são distantes dos hábitos e dos costumes locais (Simmel, 1983). Sendo assim, esta liberdade do estrangeiro propicia relações de perigo, de crise, de mudança.

Somando a condição do estrangeiro às prerrogativas do não-lugar da estação ferroviária, surge um território do provisório e do efêmero, que se aproxima à ideia de margem, de *limen*, abrindo a possibilidade de criação, logo de festa.

Apesar da relevância da estação ferroviária para a cidade e de sua festa de inauguração, a primeira grande *cena* festiva de Belo Horizonte não poderia ser outra que a festa de inauguração da própria cidade. Oficialmente esta é a primeira, tendo um alcance único, pois anuncia categoricamente o nascimento da cidade.

Os preparativos para a festa de inauguração eram cotidianamente anunciados pela imprensa local, principalmente pelos jornais *A Capital* e o *Bello Horizonte*. O memorialista Padre Dias nos traz um exemplo de 1897 destas chamadas: “representantes da imprensa local, convidam o povo desta futura cidade a uma reunião que se efetuará no dia 21 do corrente, às 12 horas do dia, num dos salões da Comissão Construtora, a fim de se resolver sobre os festejos populares com que deve

ser solenizado esse ato memorável, que virá marcar o início de uma nova era de progresso e adiantamento para o nosso querido Estado” (*apud* Barreto, 1995: 733)

Nos processos de organização da festa, decidiu-se que a inauguração teria um tom popular, por isso a participação efetiva dos moradores era essencial desde os preparativos. Foram formadas comissões compostas por membros da comunidade para tomar as devidas providências do festejo. As reuniões de organização foram frequentes até o dia 09 de dezembro de 1897, dia que as comissões finalizaram a programação festiva e saíram às ruas solicitando aos moradores que ornamentassem e iluminassem as casas por onde o cortejo presidencial passaria. O programa da festa foi publicado nos jornais bem como a solicitação de dinheiro para serem distribuídos aos pobres no dia da inauguração pelo pároco local ¹³.

Aqui, percebe-se a manutenção de tradições dos festejos barrocos de Vila Rica: os ornamentos dos trajetos do cortejo e as esmolas dadas aos menos abastados.

Na noite anterior à inauguração, a festa já toma espaços importantes da cidade. As iluminações diferenciadas deram uma atmosfera as ruas Caetés e Guajajaras e às avenidas Amazonas, Afonso Pena e Liberdade, locais de passagem do cortejo presidencial. Na Praça da Liberdade “bandas de música percorreram a localidade vibrando dobrados festivos, ao passo que, por toda parte, espocavam foguetes e ecoavam aclamações populares, que se alongaram pela noite em fora” (Barreto, 1995: 738).

O dia 12 de dezembro nasceu ovacionado com 21 tiros de dinamites e com duas bandas de música percorrendo a cidade com os acordes do Hino Nacional. As ruas principais amanheceram enfeitadas e os cafés ainda não haviam fechado as suas portas desde o início da festa na noite anterior.

¹³ Como o material pesquisado não contém todos os jornais, não foi encontrado o programa da festa de inauguração de Belo Horizonte.

Em Ouro Preto, o então presidente do estado, Dr.º Crispim Jacques Bias Fortes acompanhado pelo anterior presidente Dr.º Afonso Pena, seguiu para a estação de General Carneiro onde uma comitiva foi recebê-los. Fizeram parte da comitiva membros do governo, da comissão construtora, da comissão de festejos, da imprensa local e membros de diversas classes sociais da cidade. O encontro realizou-se às 12 horas e 40 minutos na ornamentada estação, o Hino Nacional foi proferido e um foguetório esfumou o céu da cidade. “Após a cerimônia da recepção, partiu o trem presidencial para a Cidade de Minas. Este era o nome oficial da nova Capital”. No trajeto, as estações intermediárias estavam ricamente enfeitadas e os populares receberam a passagem das locomotivas com aplausos e disparos de foguetes. (Mourão, 1970: 10)

Precisamente às 2 horas da tarde, as locomotivas apontaram na entrada de Belo Horizonte comovendo as 10 mil pessoas que ansiosamente as aguardavam ao som das bandas locais. Barreto, que participou dos festejos, relata que “no meio daquele delírio entusiástico, que descia da favela, avolumava-se na Estação e se espraiava pela grande esplanada e circunjabências, onde se movia irrequieta imensa onda popular, o Sr.º presidente Bias Fortes e mais pessoas que o acompanhavam desembarcaram na capital que seria inaugurada” (1995: 746).

No desembarque, o esquadrão de cavalaria prestou seus cumprimentos ao presidente e se posicionou para a escolta do previsto cortejo que seguiu para a Praça da Liberdade. No caminho, as demonstrações de exultação popular não cessaram, em forma de espontâneos aplausos e gritos ou ornamentos anteriormente preparados. Na rua dos Caetés o cortejo prosseguiu a pé, passando pelas enfeitadas avenidas Amazonas e Afonso Pena, pelas ruas da Bahia e Guajajaras, pela avenida da Liberdade chegando à Praça da Liberdade.

Neste ponto é relevante chamar a atenção para a semelhança do cortejo presidencial com as já pontuadas procissões religiosas de Vila Rica, corroborando mais uma vez a reminiscência da matriz barroca na “nova” capital.

A *cena* que se formou na Praça da Liberdade teve seu ápice no ponto central da praça. Um pavilhão havia sido montado, “cuja a cobertura afetava forma de um zimbório, estava elegantemente ornado de sanefas de cetim, bandeiras, galhardetes e escudos com inscrições alegóricas, tendo um altar improvisado para a celebração do *Te Deum*” (Barreto, 1995: 747).

Mais uma vez pauso, agora para destacar o elemento religioso na festa de inauguração de uma cidade símbolo dos preceitos de modernidade e de laicidade.

Continuando a construção da *cena*, ao lado do altar colocou-se uma mesa sobre a qual estava o decreto civil nº1085 que sacralizou a instalação da cidade. Ao lado deste pavilhão, no qual conviviam símbolos da religião e da laicidade, se encontravam outros dois reservados aos convidados, às bandas de música e à orquestra. Ao redor, 10 mil pessoas aguardavam a cerimônia.

A cerimônia de inauguração da capital prosseguiu com a entrega do tinteiro de prata e da pena de ouro para o Dr.º Bias Fortes que, após um breve discurso, assinou o referido decreto. Barreto mais uma vez contribuiu para os detalhes da construção da *cena* festiva de inauguração, dizendo que “o decreto estava escrito em uma folha de pergaminho creme e à sua leitura, feita em voz alta pelo Dr.º Estevão Lobo, oficial de gabinete da Presidência, todas as bandas musicais executaram o Hino Nacional, no meio das mais entusiásticas aclamações. Sobre o Dr.º Bias foram atiradas flores e confete em profusão, sendo nesta ocasião dada uma salva de 21 tiros, subindo ao espaço muitas girândolas” (Barreto, 1995: 749).

Na sequência, ocorreram entregas de flores, leituras de poesias e discursos saudando o presidente do estado. Dentre os muitos, destaco o discurso de agradecimento ao anterior presidente de Minas Gerais, Dr.º Afonso Pena, pois foi em seu governo que se iniciaram as obras de construção de Belo Horizonte. Respondendo ao caloroso discurso, o ex-presidente designa à Deus as conquistas do estado: “a Providência Divina como que paira sobre o nosso estado, cuja constituição foi decretada em nome de Deus Todo-Poderoso, e que Minas, no dia em que festeja as glórias, não se esqueceu de vir abrigar-se à sombra do culto divino” (Barreto, 1995: 753).

Aqui, pauso a descrição da festa para chamar atenção à fala do Dr.º Afonso Pena. Mesmo como representante do poder civil e laico, discursando na festa de inauguração da cidade, símbolo da modernidade laica, remete as conquistas de Minas Gerais não aos homens e sim a Deus. Típico exemplo de *double bind* entre religioso e cívico.

Prosseguindo com a exposição da cerimônia oficial de inauguração da capital na Praça da Liberdade, esta finalizou com a missa solene. Mais uma vez, a religião toma parte da festa.

Em seguida à missa, apenas as autoridades seguiram para o Palácio ainda em construção para a cerimônia de benção do edifício. No restante da tarde festiva, a população continuou comemorando nos cafés da cidade, que mais um dia, não fecharam suas portas.

No dia 13 de dezembro, o entusiasmo festivo ainda foi presente na cidade, possibilitando a construção de outras *cenais*. Logo pela manhã, repetiu-se a salva de 21 tiros e o percurso das bandas de músicas pela cidade. Artistas, operários, bandas de música, colônias de estrangeiros seguiram para o palácio do governo para saudar o presidente do estado e, na sequência, para a chácara do Parque para cumprimentar o

engenheiro-chefe da comissão construtora. Em agradecimento à espontânea manifestação dos populares, o chefe da comissão de festejos ofereceu um lanche em sua chácara.

Ao cair da noite, um grande número de pessoas juntamente com duas bandas de música foram até a casa do presidente da assembléia, Dr.º Francisco Bicalho. Esta estava extremamente ornamentada com lanternas e flores para a festiva ocasião, que foi enriquecida com discursos de membros da imprensa e política local. Em seguida, as bandas de música levaram os belo-horizontinos novamente para a porta do palácio do governo e mais discursos foram proferidos, mas a noite festiva não se encerrou. Como nos mostra Barreto, “o povo, tendo à sua frente as corporações musicais, atravessou a praça, desceu pela Avenida de Liberdade, percorrendo diversas ruas em aclamações constantes, até alta noite, quando dispersou, na mais perfeita ordem” (1995: 768).

Os três dias de intensa festividade em Belo Horizonte apresentam *cenar* de entusiasmo coletivo epifanizado por meio dos cortejos, dos ornamentos, dos discursos, das músicas e das execuções do Hino Nacional. Nesta profusão de elementos laicos, a religião ainda se manteve como um elemento vivo e relevante para a cidade, tal como atesta o discurso do Dr.º Afonso Pena. O já constatado estado liminar epifanizado pelas festas particulares perdura nas *cenar* festivas de inauguração da cidade.

Cidade esta que, igualmente como as festas de inauguração, ensombreia a sua realidade objetiva nas *cenar* construídas pela imprensa local. O jornal *A Capital* ora destacava a conclusão das obras de Belo Horizonte, ora o destacava os espaços inconclusos.

Na edição de 09 de dezembro de 1897 o jornal propaga: “felizmente, porém, para todos nós crédulos e incrédulos, graças à atividade verdadeiramente prodigiosa da benemérita comissão construtora e graças às providências acertadíssimas tomadas pelo

patriótico governador do Estado, não se instalará em uma barraca, mas no próprio Palácio Presidencial, em frente ao qual, num elegante coreto, em presença de todo o povo e muito antes de terminado o prazo constitucional, assinará no dia 12 do corrente, o decreto da instalação do governo nesta cidade” (*apud* Barreto, 1995: 736).

Em contraponto, no dia da inauguração, o jornal destaca os motivos pelos quais a capital não foi concluída a tempo da inauguração.

“O arrojado empreendimento não está de todo concluído, é certo, porque não se faz uma grande cidade no limitadíssimo período de quatro anos, interrompidos por muitos meses de mau tempo. Acha-se, porém, em condições de receber dignamente o governo e isso já é um resultado assombroso” (*A Capital*, 12 de dezembro de 1897: 01).

O avanço para um novo tempo é uma recorrência no periódico de 12 de dezembro de 1897.

“Novos horizontes vem abrir o progresso do Estado, em todas as suas manifestações, a mudança da capital para Belo Horizonte” (*A Capital*, 12 de dezembro de 1897: 01).

A festa de inauguração da cidade abre oficialmente as portas para as festas de rua. Proponho para a próxima etapa entrarmos nas festas de rua e saindo da esfera limiar do privado.

PARTE II
A CIDADE EM CENA

2.1 Epifanização do religioso

A religião se mostra como um elemento efetivamente presente nas festas doravante trabalhadas nesta dissertação, não obstante os planos de laicidade proposto para Belo Horizonte. Entretanto, até então percebemos tal afirmativa majoritariamente no âmbito das festas particulares. O questionamento que conduz este tópico é: como as festas religiosas são apresentadas pelos jornais do final do século XIX / início do século XX em Belo Horizonte?

Sendo assim, retomo o festivo mês de Maio, mas agora não mais na ótica das noivas e sim na esfera católica das coroações. Segundo o viajante Camarate, os belo-horizontinos tinham um “suavíssimo e piedoso entretenimento do Mês de Maria, na Matriz da Boa Viagem, todas as noites, às 7 horas, entre cânticos, ao som de um harmônio, oficiando o pároco F. Martins Dias. Cada noite uma menina coroava a Virgem Santíssima e outras meninas atiravam-lhe flores, todas vestidas de branco, engrinaldadas” (*apud* Barreto, 1995: 110).

Indo ao encontro com a descrição de Camarate, o periódico *Aurora* anuncia o festejo, que por sua vez, traz o tom da afirmação social ao nomear a menina que corou a santa.

“Cantam os fieis contemplando o altar que se levanta ali a um dos lados, altar magnífico, ornado com profusão de flores, onde se vê a Virgem Maria, coroada naquele momento por Célia, pela gentil Célia, que está debaixo de uma chuva de pétalas perfumosas, toda sorridente, plena de felicidade por ter, com uma linda coroa

cingindo a fronte augusta da rainha dos anjos” (*Aurora*, 01 de junho de 1897: 02).

Nas páginas seguintes do mesmo periódico continuam as referências as festas do mês de Maria.

“Esteve neste lugar, tendo pregado nas solenes festas celebradas na arrematação do mês de Maria, o reverendo padre Joaquim Silveiro de Souza, ilustrado sacerdote” (*Aurora*, 01 de junho de 1897: 04).

O periódico *Flammula*, também destaca as participantes da festa.

“Na matriz da Boa Viagem, coroarão hoje a V. Santíssima, as meninas Maria da Conceição Moreira, Maria Amélia e Célia Catarino” (*Flammula*, 16 de maio de 1907: 02).

Há uma nítida hierarquização nas celebrações de coroação. Por exemplo, as meninas que coroam a Virgem Maria são mais importantes que as que entregam as palmas, que por sua vez, são mais importantes que as meninas que apenas oram ao redor da Santa. Trata-se aqui da manutenção de mais uma reminiscência dos tempos de Vila Rica: a hierarquização social epifanizada por meio de festas.

Outra tradição perceptível é o destaque dado às festas religiosas pelos periódicos, como a Semana Santa. Como já colocado na parte anterior desta dissertação,

trata-se de uma celebração que é realizada desde a época que a capital mineira era Vila Rica e apresenta diversas *cenias* festivas significativas.

No *O Alfinete* há o destaque para o início da festividade.

“Realizou-se ontem, como todo o brilho a procissão do Depósito”
(*O Alfinete*, 24 de março de 1907: 03) ¹⁴.

O grande número de notícias sobre de festas religiosas nos periódicos belo-horizontinos nos remete mais uma vez à questão da modernidade. Teoricamente, nas sociedades modernas a organização social não se pauta mais sob a ótica religiosa, mas pela racionalidade técnico-científica. Tal mudança não significa o fim da religião, mas o surgimento de uma forma singular de politeísmo, onde deuses e profetas cedem lugar aos valores seculares. Contudo, se percebemos como Belo Horizonte apresenta sua religiosidade nos jornais, vinculamos muito mais às práticas religiosas do que às práticas seculares. No âmbito público e privado a religião influencia a cidade construindo *cenias* festivas fervorosas.

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte no final do século XX, Pierre Sanchis identifica que “os surtos ‘religiosos’ contemporâneos se inscreveriam, apesar das aparências, como a projeção criativa da mesma lógica secularizante, em contexto civilizacional diferente” de um lado, de outro “definir-se-iam ao contrário como uma ‘volta’, um ‘retorno’ da religião” (Sanchis, 2001: 29). Aplicando esta dedução à formação histórica de Belo Horizonte, pode-se pensar que estes movimentos

¹⁴ A procissão do Depósito faz parte do ritual da Semana Santa ocorrendo na quinta-feira. As imagens de Nossa Senhora das Dores e de Nosso Senhor dos Passos saem em procissão da igreja onde ficam expostas no decorrer do ano. Na sequência ocorre a procissão do Encontro, na qual as imagens saem das igrejas onde foram depositadas e se encontram em um ponto da cidade. Neste momento há a encenação do encontro de Jesus e Maria na subida para o calvário.

encontraram suas bases ainda no início da cidade ou talvez, os “surto” religiosos sejam uma continuidade da religiosidade do início do século.

Deixando de lado as especulações, o que se pode afirmar é a forte presença do religioso, principalmente católico, nas *cenar* festivas da capital. Religioso este que se apresenta muito mais aos moldes das remanescentes festas barrocas, deixando as práticas seculares nos rodapés das *cenar* construídas pelos periódicos. Neste sentido, a modernidade belo-horizontina epifaniza o paradoxo dos preceitos modernos: o concomitante distanciamento e a simultânea aproximação com os valores tradicionais. Como diz Baudrillard: “a verdade da modernidade” é que “ela não é jamais mudança radical ou revolução”, mas que “sempre entra em implicação com a tradição, num jogo cultural sutil, num debate onde as duas estão ligadas, num processo de amálgama e de adaptação”. Não se trata de ruptura, mas de “uma dinâmica do amálgama” (1982: 7).

Neste ponto é relevante ressaltar mais uma vez que, tradição está sendo entendida como aquilo que é transmitido de maneira viva, por meio da palavra, da escritura ou das posturas, particularmente no âmbito religioso. Ou seja, a forma de transmissão dos valores religiosos em Belo Horizonte se faz tanto pelas *cenar* festivas vividas como também nas *cenar* construídas pelos jornais. Como exemplo, retomo a Semana Santa e apresento a *cena* construída pelo *Diário de Notícias*.

“Ensinava então que era o Pão da vida, e que comendo-o se viveria, que se não comesse a carne do Filho do homem ou não se bebesse seu sangue, não se teria a vida; que sua carne era o verdadeiro alimento e o seu sangue a sua verdadeira bebida, que aquele que comia a sua carne e bebia o seu sangue, habitava nele. O povo escandalizado, afastava-se perguntando com ironia como

é que ele daria a sua carne de comer. O ‘como’ eil-o. Esta cena contém toda a religião de Jesus” (28 de março de 1907: 01).

A *cena* construída traz à tona o mistério e a magia em torno da religião cristã, que desde a Idade Média foi sendo ensombreado pela Igreja secular. Antes da Reforma, a Igreja atribuía, por exemplo, às preces um poder de encantamento que até mesmo expulsava demônios do corpo de jovens e uma grande eficácia mágica às imagens de santos e às relíquias sagradas. Conferia quase que um culto totêmico aos santos de cada paróquia que, por sua vez, eram incumbidos de atender a pedidos específicos. Na Belo Horizonte do início do século XX os santos também conotam esta relevância e as festas em torno dos padroeiros eram recorrentemente anunciadas.

“Temos hoje a registrar a notícia da salutar e atraente devoção das Quarenta Horas, a se realizar proximoamente, em nossa igreja, onde esta solenidade terá particular brilho, como nos anos anteriores, pelo profundo respeito e grande afluência de devotos do S.S. Sacramento, os quais terão mais uma vez oportunidade de atestar bem alto sua religiosidade e sua fé robusta como devotos também de São José, o padroeiro e principal guarda dos destinos do Calafate” (*O Arauto*, 24 de fevereiro de 1922: 02).

O *Actualidade* convida para os festejos de Nossa Senhora das Dores.

“Sexta-feira, às 8 da manhã missa e cânticos do estilo, e acompanhamento de harmonium. Todos os devotos de Nossa

Senhora das Dores são convidados a assistir em número avultado a essa tocante cerimônia, tão popular no Brasil” (09 de março de 1906: 02)

Na sequência do convite, há a programação da solenidade.

“Todos os dias da missão, haverá às 5 horas da madrugada, missa com prática, às 8 horas, outra missa com conferência, às 2 horas da tarde catecismo popular para os meninos e meninas, às 7 horas da noite, conferência, terço e sermão da penitência. Todas as noites às 9 horas tocará o sino, chamado dos pecadores, rezando-se nessa hora 5 Padre Nosso e 5 Ave Maria pela conversão dos pecados” (*Actualidade*, 09 de março de 1906: 02).

A escolha do padroeiro de uma igreja também guardava atenção especial.

“Recente discussão sobre a escolha do santo que deve servir para padroeiro da nova igreja da Floresta” (*O Arrepiado*, 16 de julho de 1921: 02) ¹⁵.

Mais tarde fica-se sabendo que o santo padroeiro é de fato uma santa, Nossa Senhora das Dores. Fica-se igualmente sabendo que para a construção do templo foi realizada uma festa junina.

¹⁵ Floresta é um bairro da cidade de Belo Horizonte que se localiza bastante próximo à região central.

“Em nome da comissão construtora agradece o infra assinado a todos os que concorreram para os festejos tradicionais de São João em favor da construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores na Floresta, declinando a publicação do nome de qualquer das pessoas que mais dedicaram, para não sofrer a modéstia de ninguém, mas salpicando a maior benção de Deus, sobre todos os benfeitores. Padre Severino Severens” (*Floresta-jornal*, 13 de agosto de 1922: 07).

As festas em prol das construções das igrejas eram comuns nos primeiros anos de Belo Horizonte. Assim como a igreja de Nossa Senhora das Dores, a capela de Nossa Senhora do Rosário promovia tais festejos.

“Por extremo esforço da esposa do Sr. Coronel Felipe de Mello, o espetáculo da companhia equestre Zovetti & Santos foi dado a 22 deste, em benefício da Capela do Rosário. Tocou durante a função, a banda de música da polícia” (*Bello Horizonte*, 26 de junho de 1898: 02).

No mesmo jornal, há a chamada para outra festividade em benefício da capela.

“Para a aquisição de um harmônio e paramentos que ainda faltam, para isso vai realizar-se a 3 de julho futuro um leilão de prendas, que terá o lugar no adro respectivo às 7 horas da tarde, depois da primeira benção, abrilhantado pela excelente banda de música do

primeiro batalhão de polícia que foi graciosamente cedida. Às excelentíssimas famílias pede-se o obséquo de oferecerem prendas” (*Bello Horizonte*, 26 de junho de 1898: 04).

E até mesmo a Matriz da capital, contava com a festa para coletar fundos para sua construção.

“No Parque Municipal, nos dias 11 e 12 do corrente, realizaram-se os festejos que vinham sendo bastante anunciados. Desnecessário é dizer que foi uma festa digna de nota, porquanto as gentis senhoritas e as senhoras que a compunha não deixaram nada a desejar, pois que o concurso prestado, para as barraquinhas produzissem, demonstrou a boa vontade das mesmas. E ainda mais. A cada momento ouvia uma bem ensaiada orquestra, composta de numerosas e belas mocinhas da nossa elite. Também lá compareceu a banda do 1º Batalhão da Força Publica. Terminada que foi a encantadora festa, verificam-se os lucros fabulosos que eram destinados à construção da Matriz de Boa Viagem” (*Beija-flor*, 19 de abril de 1914: 02).

A Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem utilizava recorrentemente do artifício de festas para a arrecadação de verbas para a sua reforma que, por sua vez, perdurou por várias décadas, sendo finalizada em 1936. Entretanto, as constantes reformas não tiraram a importância da Matriz.

Desde o início do século XVIII, ainda como Arraial do Curral D'El Rey, a edificação ocupa o mesmo local onde está até os dias de hoje: o quarteirão próximo à Avenida Afonso Pena, uma das principais da cidade. A construção religiosa seguia o estilo arquitetônico setecentista e foi responsável pela formação do povoado local, sendo o prédio de maior importância do arraial: “o templo era o lugar do culto, da oração, local privilegiado da manifestação da fé e também ponto de encontro do arraial, pois em torno dele é que as pessoas se reuniam e se confraternizavam nos dias de festa” (Almeida, 1996: 242).

Como dito, devido ao planejamento urbano, seguir a esteira dos valores modernos, antigas construções que não se adequavam a esta lógica eram demolidas. Os habitantes deveriam se adequar à realidade urbanística, sendo frequentes as destruições de casas, as mudanças nos traçados das ruas para a concretização do projeto de Belo Horizonte. A igreja da Boa Viagem não estava imune a esta lógica, sendo proposto inicialmente sua demolição, o que gerou forte reação do Bispo de Mariana e dos párocos locais. Aliando-se a este posicionamento da Igreja Católica somavam-se às dificuldades financeiras do governo em financiar um novo templo. Neste sentido, a igreja foi mantida mesmo não atendendo esteticamente o desenho da capital.

Após a inauguração da cidade, mais uma vez decidiu-se pela demolição da antiga igreja e a construção de uma nova matriz no alto do Cruzeiro, pois uma igreja não poderia ocupar um lugar geograficamente destacado em uma cidade nascida para ser um dos símbolos da República. Tal projeto não foi levado à frente, pois, a Igreja Católica se negava a deslocar para um ponto distante do centro da cidade. A solução foi reformar o antigo prédio e dar um ar de modernidade à construção, mostrando que, apesar da República ter-se desassociado da Igreja, esta se mantinha atuante e os valores e tradições religiosos eram enraizados na população mineira.

Com o passar dos anos, a idéia da construção de um outro templo começa a ser concretizada. No dia 3 de setembro de 1911 foi colocada festivamente a pedra fundamental da nova edificação para a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem no mesmo local onde se encontrava a igreja: “o lançamento da pedra fundamental, cercado de pompas e cerimônias, contou com a presença das autoridades religiosas e públicas e a futura construção foi abençoada pelo Acerbispo de Mariana” (Almeida, 1993: 71).

Compuseram a *cena* festiva juntamente com o Acerbispo de Mariana, os Bispos de Diamantina, Campanha, Pouso Alegre e Taubaté. A missa campal foi realizada pelo acerbispo, bem como a benção da pedra fundamental. Esta, foi argamassada pelo então presidente da cidade, Bueno Brandão “com uma pá de prata oferecida pelo Vigário Monsenhor João Martinho” (Mourão, 1970: 159).

Aos poucos a Matriz foi dando lugar à futura edificação. À medida que a demolição ocorria, lentamente, a edificação era erguida com recursos públicos, da própria igreja e da comunidade católica local, abrigando *cenias* festivas importantes como a criação do Bispado de Belo Horizonte. No ano seguinte da criação do bispado, programou-se a inauguração da matriz que, por sua vez, foi elevada à Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem. À decisão da não demolição do templo foi acrescida pelo fato da edificação ser a mais importante do arraial.

O templo religioso é uma demarcação territorial para a epifanização do sagrado. O termo templo vem do grego *témenos* que significa demarcação, recorte, ou delimitação de um espaço sagrado. Assim sendo, a edificação da igreja serve como substrato material para a religião na medida em que forma um cosmo, um mundo para a especial para a epifanização do sagrado.

Enquanto o templo demarca o espaço do sagrado, as festas demarcam o tempo do sagrado, comunicando valores do catolicismo por meio de posturas, de palavras, de

cantos e de gestos. A literatura antropológica nos mostra como uma idéia só passa a existir de fato e de direito quando é materializada em símbolos. Dito de outro modo: o símbolo “é a materialização de uma idéia” (Turner, 1974: 43).

Antes de avançar, é importante fazer um outro parênteses teórico-metodológico. Esta dissertação está trabalhando com a inspiração de *cena*. Na *cena* a realidade suprema, e por que não dizer, os símbolos da realidade suprema são ensombrados de formas diferenciadas e dependentes da forma como a *cena* foi estruturada. Como pesquisadora, estou trabalhando com esta realidade ensombrada não só no momento da ocorrência da festa, mas também pelo olhar dos jornalistas e dos editores dos jornais pesquisados.

Em um campo onde há uma considerável distância temporal e em que se levam em conta as construções de *cenar* por meio dos seus observadores, a explicação ou tradução de símbolos da realidade objetiva torna-se frágil. Todavia, mesmo em um relato antropológico canônico, deve-se perceber que “aquilo que é traduzido afeta a linguagem para a qual é traduzido e é afetado pela tradução” (Velho, 1998: 12).

Sendo assim, continuo percorrendo as festas belo-horizontinas sem a preocupação em traduzir seus símbolos. Na próxima etapa, as festas cívicas ganham espaço nesta dissertação.

2.2 Epifanização do cívico

Ao propor identificar festas cívicas, se faz inevitável remeter às festas revolucionárias que assolaram a França ao final do século XVIII. Inicialmente, as *cenar* festivas revolucionárias buscam outras linguagens para o fim das tensões e a comunhão

em torno dos valores cívicos, mas há ainda coexistência de elementos das festas camponesas e religiosas como, por exemplo, a fogueira ¹⁶.

A execução de Luis XVI e Maria Antonieta marcam o abandono dos esquemas festivos anteriores e a adoção de outros padrões. As manifestações populares tomam as ruas como festividades carnavalescas, onde mártires e não santos são cultuados, de modo que, “na festa pululante e tantas vezes desconcertante de 1793-1794, com as contribuições da antigüíssima festa popular carnavalesca misturam-se, em equilíbrio precário mas explosivo, as novas linguagens inventadas” (Vovelle, 1986: 106 e 107).

As festas revolucionárias entram em *cena* projetando os sonhos de uma sociedade “nova” e ideal. Os participantes estão em júbilo e não há a distinção entre espectadores e atores. Todos festejam em um mesmo tom, em uma mesma voz em prol de uma vontade geral e da construção de cidadania. Para Rousseau, este é um momento singular na sociedade, no qual o indivíduo restaura a unidade social por meio das festas. As festas provocam uma revolução que dissolve a mediação monetária em prol de uma espontaneidade luxuosa, que suprime a palavra em prol da música e da dança (Freitas, 2008) ¹⁷.

¹⁶ É interessante destacar que a fogueira, mesmo sendo um elemento dos festejos camponeses, se tornou um componente presente nas festas revolucionárias que assolaram a França ao final do século XVIII. Além de tal fator, a fogueira também é um exemplo nítido da secularização e da apropriação e (re) significação de uma festa pagã pela Igreja Católica, como exemplo a festa de São João. Nos cultos pagãos, o fogo era utilizado para espantar os demônios e comemorar a colheita, já na tradição popular, dizem que fogo foi a maneira de propagar o nascimento de São João Batista. Além de tais significados, “as festas do fogo eram consideradas excessivamente licenciosas, inclusive no sentido da liberação sexual” (Chicana, 2009: 20).

¹⁷ Aqui destaco uma outra probabilidade nos estudos de festas: a festa como mediação. Se as festas forem tomadas como uma linguagem seus fenômenos são tidos como os fenômenos lingüísticos. Neste sentido, as festas são fenômenos da comunicação capazes de transmitir as utopias sociais, conciliar elementos inconciliáveis por meio do mito. “Festas são capazes de estabelecer a mediação entre a utopia e a ação transformadora, pois através da vontade de realização da festas muito grupos se organizam, em nível

Sendo assim, as festividades promovidas pela Revolução Francesa tornam-se um exemplo significativo para as festas revolucionárias, em geral podendo até mesmo a revolução em si ser tomada como a própria festa. O processo revolucionário trouxe não só o divórcio do Estado com a Igreja e a ascensão dos valores republicanos, mas momentos de efervescência coletiva em moldes de assembléias religiosas. Como menciona o grande ancestral: “toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços de cerimônia religiosa, pois tem por efeito aproximar os indivíduos, por em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso” (Durkheim, 1996: 417). *Cenas* festivas estas que abrem para um tempo outro, que, no caso em questão, sacralizou de forma pedagógica os preceitos da República.

A revolução corresponde a um período de experimentação, onde há uma brusca ruptura com a linha da história, com o encadeamento dos determinismos. Momento em que nem os valores do Antigo Regime e nem os valores da República se fazem totalmente presentes. Como diz Duvignaud, “uma outra coisa, que ainda não conseguimos determinar, aí também nascia, uma experiência que se desdobrava, ultrapassando o quadro da realidade confusa dessa sociedade enregelada, sem semelhança a nada então conhecido, provocando a violência e a alegria e que, no fim das contas, defrontava um universo momentaneamente livre de regulações, do próprio cosmo, da natureza sem outro impulso” (1983: 107)

Neste sentido, a festa se torna perigosa e ao mesmo tempo se encontra em perigo pelas constantes tentativas de controle, que também tomam o aspecto festivo, culminando em festas de ordem, onde “se celebram as relações sociais tal como elas

local, chegando até mesmo a crescer política e economicamente, mesmo que em modo local” (Amaral, 2005: 06).

operam no mundo diário, as diferenças são mantidas” (DaMatta, 1986: 82). Não obstante outros tipos festivos serem também considerados como festas de ordem, destaco nesta dissertação as *cenar* festivas cívicas e *cenar* que apresentam um claro tom cívico, como por exemplo, os jantares de posses de presidente e mesmo a festa de inauguração da “nova” capital.

Entretanto, é importante ressaltar que, na historiografia, anteriormente à Escola dos *Annales*, as festas cívicas eram analisadas “mediante uma interpretação política estritamente funcionalista, afirmando e reduzindo a festa ao seu vínculo político” (Chanon, 2002: 12). Tal posicionamento teórico busca o propósito político que está por trás da festa em detrimento da percepção da festa em si, ou seja, um momento vivido e construído coletivamente. Nesta dissertação, as festas cívicas continuam a ser percebidas como um objeto autônomo com dinâmica própria.

Em Belo Horizonte as festas cívicas ocupam as páginas dos periódicos principalmente nas datas comemorativas dos heróis republicanos, como Tiradentes e de símbolos civis como a constituição¹⁸.

O Arauto assim se refere às comemorações de promulgação da Carta Magna.

¹⁸ “Se a Inconfidência Mineira tem sido elemento de suporte a uma determinada construção historiográfica e a projetos e posicionamentos políticos desde as últimas décadas do século XIX, Tiradentes desponta como seu símbolo, síntese das idéias das quais o movimento seria o precursor, no Brasil. Ele se tornou, talvez, o personagem mais popular da história nacional, adquirindo contornos heróicos e status de mito político. Apesar de muito marcada pela ação dos republicanos e de seus interesses, a construção desse perfil de Tiradentes não se deveu apenas a eles. Da popularidade presumida à transformação em herói e mito político, Tiradentes percorreu um caminho sulcado pela ambiência cultural de seu próprio tempo e pela herança deixada por ela em tempos posteriores. Muitas de suas representações foram, sem dúvida, construídas e manipuladas, mas em torno de um imaginário social específico, que permitiu seu reconhecimento até certo ponto espontâneo. A ação política, por sua vez, promoveu sua consolidação pela utilização induzida, organizada e intensiva” (Fonseca, 2002: 440).

“24 de fevereiro: passa hoje o aniversário da promulgação da constituição brasileira, o mais liberal dos estatutos políticos do mundo, onde se compendiam, em artigos e parágrafos, todos os direitos do cidadão, neste abençoado pedaço da América. Nesta capital será comemorada condignamente a efeméride de hoje” (24 de fevereiro de 1922: 01).

A *Capital* noticiava a homenagem ao Dr.º Silviano Brandão, figura ilustre da capital, por ocasião de sua eleição para a presidência do estado.

“Cumpramos o nosso dever de noticiário, escrevendo sobre os momentos agradáveis ao nosso coração de mineiro, proporcionados pelo banquete suntuoso ao futuro presidente de Minas” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

O periódico detalha o opulente palco da *cena* festiva.

“Antes de dar-se começo ao banquete, quem escreve estas linhas, entrou no salão nobre do hotel do Globo e sentiu-se satisfeito por ver aquelas flores cheirosas, aquele dilúvio de luz, aquele reluzir de cristais, aqueles troféus artisticamente erguidos nas paredes laterais do salão, aquela movimentação febril da criadagem. Tudo, tudo aquilo era uma homenagem ao Estado de Minas, na pessoa do futuro presidente” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

Prossegue a construção da *cena* com o início da festa.

“Às 7 horas da noite, no salão de honra do hotel do Globo, em uma mesa em forma de U, artisticamente adornada de flores naturais, profusamente iluminada, tomaram o assento, o Dr.º Silviano Brandão, tendo a sua direita o Dr.º Vaz de Melo, vice presidente da câmara e à esquerda o Dr.º Affonso Penna, presidente do Banco da República” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

Após nomear todos que estavam à mesa, o jornal relata que, ao estouro do champanhe, ocorreu a leitura de um discurso.

“Finda a leitura, produziu o mesmo Sr.º Deputado Rodolpho Abreu, uma bela saudação ao Dr.º Bias Fortes, atual presidente de Minas sendo este brinde muito aplaudido” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

Vários brindes são feitos no decorrer da festa.

“Eram quase 11 horas da noite quando se anunciou o brinde de honra que foi levantado pelo Dr.º Silviano Brandão ao venerado Sr. Dr.º Prudente de Moraes, presidente da República” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

E o banquete se inicia.

“Durante o banquete reinou sempre a maior alegria, a mais animada conversação e uma orquestra de vinte professores executou o seguinte programa” (*A Capital*, 04 de agosto de 1898: 03).

A *cena* noticiada encerra com a descrição do programa musical e do cardápio do banquete. Apesar de não ser uma festa estritamente cívica, a homenagem ao Dr.º Silviano Brandão contou com a atmosfera das festas de ordem epifanizada pela hierarquia ao sentar-se à mesa, a promulgação de discursos e os brindes levantados em homenagem aos membros do poder civil do país. Outro ponto a ser ressaltado é o apelo para a pompa e para a ostentação manifesto na riqueza da decoração festiva e no banquete servido. Como ressalta Chamon, a festa cívica fala “através de imagens, gestos, sons, cheiros e sabores”. Por meio destes elementos que a pedagogia da festa pode se revelar, pois a festa tomava “o homem antes pelo sentir que pelo pensar” (2002: 48).

Aqui, percebe-se que a festa cívica contém elementos comuns às já citadas festas religiosas barrocas, como a pompa e a ostentação. A matriz barroca mais uma vez se faz valer nas comemorações festivas belo-horizontinas.

As festas cívicas da cidade, na maioria das vezes, são apresentadas nos periódicos juntamente com uma explicação sobre a data ou com apoio veemente ao regime republicano, evidenciando sua função pedagógica nos quadros do “novo” regime.

“A sucessão constitucional do governo republicano em completa paz e em plena normalidade de vida administrativa é a comemoração máxima à data inicial da República no Brasil. É a demonstração tangível da adaptação do meio nacional ao novo regime e da capacidade de guiar politicamente a civilização brasileira na competência pacífica, na coerência moral e industrial com os demais povos” (*Diário de Minas*, 15 de novembro de 1898: 01).

Não obstante a existência de festas cívicas realizadas às portas fechadas, o grande intuito destas é a constituição do ideal de nação. Sendo assim, o público é elemento primordial, pois a “festa pública, que tem seu lugar nas ruas e que é alvo do olhar de todos, procura antes de tudo, deslumbrar. Nas festas cívicas, além de alguma coisa para se ver, sempre há, também, uma proposta política ao povo. Uma festa cívica não existe sem esses dois elementos”. Entretanto, “é certo que a festa cívica não se resume à sua ligação com o poder”, não tendo assim, apenas “uma funcionalidade política” (Chamon, 2002: 47).

Em Belo Horizonte, as festas cívicas apresentavam um calendário institucionalizado: “o governo republicano, nos seus primeiros anos, decidiu institucionalizar algumas festas, tais como: homenagem aos precursores da independência brasileira, representados por Tiradentes (21 de abril); a República, liberdade e independência dos povos americanos (14 de julho); descoberta da América (12 de outubro); comemoração da pátria brasileira (15 de novembro) e a Independência (07 de setembro)” (Almeida, 1996: 262).

Como exemplo, cito o noticiário que proclama os festejos do dia da Independência do Brasil.

“Soleniza-se hoje, com grandes festividades, a data da proclamação de independência de nosso país. Tomam parte nos diversos festejos que se devem realizar, os dois grupos escolares e demais estabelecimentos de instrução da capital” (*O Diário do Povo*, 07 de setembro de 1907).

“7 de setembro: a data comemora a Independência do Brasil foi festejada solenemente em Belo Horizonte. Para além das comemorações individuais, houve uma revista militar dos grupos escolares. Às 14 horas o Dr.º Raul Soares, escoltado por sua guarda de honra e secretários, passou em revista o 5º Batalhão da Força Pública, uma esquadra de bombeiros e uma esquadra de cavalaria. A av. Afonso Pena estava cheia de gente aplaudindo os garbosos soldados ao comando do Coronel Joviano de Melo” (*Araldo Italiano*, 20 de setembro de 1922: 01).

O dia da Independência do Brasil também era a data de posse para o presidente de Belo Horizonte, ocasionando assim uma profusão de festejos na cidade.

“No dia 07 deste mês, com as formalidades do estilo, o eminente estadista Sr.º Dr.º Francisco Antonio de Salles passou as rédeas

do governo para o ilustre mineiro o Sr.º João Pinheiro da Silva”
(*O Astro*, 12 de setembro de 1906: 01).

Além dos festejos cívicos brasileiros, devido ao grande número de estrangeiros residentes na cidade, as festas patrióticas de outros países também eram comemoradas. O tom da notícia apresenta a colônia italiana como extremamente voltada para os valores cívicos de ordem e de progresso, que por sua vez, também são remetidos à Belo Horizonte.

“A progressista e ordeira colônia italiana desta capital, deu, sexta-feira, 20 de setembro, eloquente prova de seu denotado patriotismo comemorando com brilhante pompa esse tão grato e grande dia, da Unificação do Reino da Itália. Para as diversas solenidades dessa patriótica e simpática festa, fomos honrados com um delicado convite que muito agradecemos” (*Animus*, 22 de julho de 1912: 03).

Apesar da regularização das datas cívicas, bem com das recorrentes comemorações na cidade, algumas datas escapavam da memória dos organizadores das festas, como apresenta a notícia abaixo.

“Comemorou-se a 3 do corrente, pelo calendário republicano, o aniversário da descoberta da nossa pátria, quando, pela verdadeira noção histórica, o devia ter feito a 22 do mês passado. Miguel de Lemos, sábio positivista já provou à sociedade a improcedência

da data de 3 de maio como a do descobrimento do Brasil” (*A Flammula*, 16 de maio de 1907: 03).

Entretanto, com exemplificado acima, as comemorações do dia da pátria não são esquecidas e sim festejadas e amplamente destacadas nos periódicos locais. Em 1922 as festas ganharam um colorido especial, pois se festejou o Centenário de Independência do Brasil juntamente com a posse do presidente de Belo Horizonte. Já no início do ano as comemorações começaram a ser pontuados pelos jornais.

“Para o quadriênio futuro de 7 de setembro de 1922 a 7 de setembro de 1926, o Partido Republicano Mineiro, escolheu, na maior tranquilidade, com aceitação unânime, o Dr.º Raul Soares de Moura” (*Excelsior*, 27 de janeiro de 1922: 02).

E comemorando a escolha de Raul Soares, mais uma festa com tom cívico é realizada na cidade.

“Na varanda que dá acesso ao salão, se achavam numerosas famílias da nossa alta sociedade que ali foram com fito de ouvir a leitura da plataforma política. Uma orquestra, sob a regência do maestro Carlos Aschermann, executou um lindo programa” (*Excelsior*, 27 de janeiro de 1922: 02).

Como de costume, os brindes fizeram parte da festa.

“Na ocasião de serem erguidos os brindes aos ilustres candidatos do PRM levantou-se o senhor senador Bernardo Monteiro que, produzindo a peça oratória abaixo, salientou o glorioso passado político dos candidatos à presidência e à vice presidência do estado” (*Excelsior*, 27 de janeiro de 1922: 02).

No grande dia, 7 de setembro de 1922, Raul Soares toma posse na capital. O evento foi comemorado festivamente pelas ruas da cidade, como relata Mourão: “o presidente eleito seguiu para a Câmara em carro escoltado por um piquete de lanceiros. Pela Avenida João Pinheiro, estendia-se uma força policial”. Ao chegar à Câmara e declarado empossado, Raul Soares seguiu aclamado pela multidão até a Praça da Liberdade. Como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, o presidente lançou a pedra fundamental do obelisco da Praça Sete de Setembro. Como reforça Horta, a Praça Sete “passou a ter esse nome ao ganhar um obelisco nas comemorações do centenário da Independência, em 1922”. Para a população da cidade é mais conhecido como Pirulito da Praça Sete (Duarte, 2007: 31).

As *cenar*s das festas do Centenário de Independência foram construídas pelo periódico *O Arrepiado* enfatizando a dimensão moral, que deveria ter sua diretriz seguida pelas demais ocorrentes na cidade

“Saibamos que o nosso saneamento moral é um modelo digno de ser simbolizado por um pincel de Raphael nas festas do Centenário” (*O Arrepiado*, 20 de outubro de 1922: 01).

Na sequência das comemorações, foram inaugurados o Instituto do Rádio, o Hospital São Vicente de Paulo e a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Esta, assim como a Praça Sete, tornou-se um dos símbolos comemorativos da festa cívica, mesmo sendo um templo religioso. Contudo, tal *status* era pertinente para a cidade, já que a matriz era uma edificação de grande destaque no cenário urbanístico de Belo Horizonte desde o planejamento da cidade.

As transições entre os locais da posse do presidente, as inaugurações e o lançamento da pedra fundamental da Praça Sete foram realizadas em cortejo. Como de costume nas festas religiosas de Vila Rica e do Arraial do Curral D'El Rey, as sacadas das casas por onde as autoridades passaram foram anteriormente ornamentadas. Chamon destaca que “esse era também um ponto de diferenciação social, pois, as casas mais ricamente iluminadas demonstravam maior prestígio e distinção social, sendo um dos momentos em que as famílias mais importantes e reconhecidas reafirmavam seu lugar na cidade através da forma como elas tomavam parte dos festejos” (2002: 52). Sendo assim, mesmo nas festas públicas e cívicas a necessidade de afirmação social se faz presente como nas já citadas festas particulares.

Retomando à descrição da festa de 07 de setembro de 1922, não só as ruas e as praças foram palco das festas de comemorações do Centenário de Independência do Brasil. O Parque Municipal foi um dos locais mais utilizados pelos organizadores. Segundo Mourão, as solenidades no parque tiveram “um programa de civismo e arte, de que tomaram parte alunos de grupos escolares”. O presidente Bueno Brandão compareceu ao local, juntamente com autoridades do governo, para prestar continência ao batalhão infantil do 4º Grupo Escolar da cidade. Como ressalta DaMatta, “se uma pessoa é presidente, governador, senador, deputado, secretário, juiz ou professor, é exatamente assim que deve aparecer nos ritos de ordem”. Assim sendo, o presidente em

exercício e as demais autoridades ocuparam o lugar de destaque no palanque erguido no Parque Municipal. DaMatta enfatiza que este posicionamento os faz diferenciar “daquilo que chamamos genericamente de ‘povo’” sendo que, “os ritos da ordem não admitem a confusão de papéis ou posições” (1986: 85 e 86).

Após o desfile cívico, a banda de música do 1º Batalhão da Força Pública executou o Hino Nacional e o Hino da Bandeira, que foram acompanhados por cerca de 4.000 crianças. Ao fim um desfile de carruagens percorreu o parque e “foram programados para o dia seguinte uma batalha de confetes e um espetáculo de fogos de artifício” (Mourão, 1970: 180).

A festa cívica de 07 de setembro de 1922 contou não só com elementos da religiosidade católica como também de elementos carnavalescos das festas de contrapoder. Entretanto, apesar de serem anteriormente programados, estes últimos não dividiram o espaço nem mesmo a data com as comemorações cívicas.

O palco festivo foi reservado para a sacralização dos valores civis, indo ao encontro com o moderno traçado urbano da cidade, e para a afirmação do poder da Igreja, que não só foi epifanizado nas práticas católicas ocorridas na festa como também na eleição da Catedral da Boa Viagem como símbolo do Centenário de Independência do Brasil. Além disso, o tom de afirmação social das famílias também se fez presente. A *cena* de 07 de setembro de 1922 corrobora com o já antes percebido nesta dissertação: o estado limiar que as *cen*as festivas de Belo Horizonte epifanizam nas primeiras décadas de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou identificar e compreender as festas belo-horizontinas contidas no campo historiográfico-etnográfico da Coleção Linhares Digital entre 1897 e 1922 e tendo como recorte teórico-metodológico a história e a antropologia.

No decorrer do trabalho de campo, o espaço temporal foi ampliado, devido à identificação de reminiscências barrocas nas festas da cidade. Sendo assim, as festas de Vila Rica e do Arraial do Curral D' El Rey entraram em *cena*. Delimitadas as festas, um ponto outro necessitou de apoio. As notícias dos jornais nem sempre apresentavam o festejo com os detalhes que eu, como pesquisadora, desejava. Por isso, trouxe para a dissertação os relatos de dois memorialistas de Belo Horizonte: Abílio Barreto e o Padre Dias. A contribuição deles foi de fundamental importância, principalmente nas descrições das festas de inauguração da cidade e do Centenário de Independência do Brasil.

As festas por mim eleitas foram trabalhadas não só em seu momento vivido, mas principalmente levando em conta a forma como foi construída a *cena* festiva pelo jornal. A notícia é uma maneira de apresentar como uma experiência foi experienciada, por isso, busquei inspiração no tropo *cena*, cunhado por Crapanzano. Percebi que a festa é o instituinte da *cena* festiva instituída pelo no jornal. Apesar da escritura do jornal ser um repetir de um momento vivido, não podemos igualar o vivido da festa à *cena* construída pelo jornal, pois, como nos lembra Derrida, “a escritura não é a repetição viva do vivo” (2005: 86).

O texto perseguiu a inspiração da *cena* e pontuou alguns pontos comuns nas festas analisadas. O primeiro que destaco é a já dita reminiscência barroca nos festejos belo-horizontinos. A assertiva de vários autores como, Montes e Perez, encontra mais um exemplo na cidade de Belo Horizonte. Outro ponto pertinente em várias festas

analisada é a presença concomitante de elementos religiosos e cívicos. Tal questão foi bem exemplificada nas festas cívicas como, por exemplo, no discurso do Dr.º Afonso Pena na comemoração da inauguração da cidade descrito ao final da Parte I da dissertação.

A coexistência de valores religiosos e cívicos, ou utilizando a linguagem de Durkheim, sagrados e profanos, não se mostra como uma novidade no campo das análises de festas, entretanto, no campo historiográfico-etnográfico em questão esta convivência de valores ganha destaque devido ao simbolismo de Belo Horizonte para o momento vivido no Brasil. A cidade símbolo da República, mesmo na sua festa de inauguração, designa à Deus parte de suas conquistas. Em outra festa pontuada nesta dissertação, as comemorações do Centenário de Independência do Brasil, mais uma vez elementos religiosos são destacando. Nesta, a Matriz da cidade é eleita como símbolo de uma festa civil.

Também destaquei as festas particulares da cidade, como os aniversários, os casamentos, os velórios e os enterros. Estas ocupam grande parte dos jornais, reafirmando a tradicional necessidade de afirmação social das famílias locais que, por sua vez, também utilizam as festas públicas para se manterem hierarquicamente mais destacadas. Este jogo social é epifanizado até mesmo nas festas de contra-poder. O carnaval belo-horizontino se mostrou, não só como um momento de diversão, como também como uma festa onde os grupos sociais reafirmavam sua presença na sociedade local.

Ao perceber que os valores da tradição e da modernidade, da religião e do poder civil são epifanizados concomitantemente nas festas da cidade, busquei na literatura antropológica o conceito de liminaridade. Defendo que a cidade de Belo Horizonte, mesmo construída em prol dos valores laicos da modernidade, não abandona os

tradicionais valores religiosos, por isso se encontra em um estado limiar. Tal posicionamento da cidade epifanizado nas festas reforça a ideia que, como todo rito, a festa não é finita em seus objetivos primeiros nem a sua finalidade é argumento suficiente para compreendê-la. Por isso, não obstante as possibilidades de interligar a festas à teorias acadêmicas, é relevante ressaltar que a festa em si é um momento “possui uma dimensão onírica, ela trabalha com emoções”. Por mais que o pesquisador tente, “ele nunca vai conseguir apreendê-la sobre seu aspecto de sonho, nem vai conseguir fazer com que o leitor experimente a efervescência daquele momento” (Chanon, 2002: 16 e 17).

As questões que se levantam em torno da festas apenas encontram respostas provisórias e frágeis. O momento vivido da festa é um momento de vacuidade, que tem inúmeras possibilidades, que não necessariamente foram cogitados pelos organizadores e/ou participantes da festa. E as indagações dirigidas às *cenar* festivas de um tempo outro encontram soluções tão, ou mais, ensombreadas que as conduzidas à festa em si. Sendo assim, apesar de uma tentativa de responder questões sobre a *cena* festiva belo-horizontina entre a sua festa de inauguração e a data de 07 de setembro de 1922, encontro mais sombras e reforço que “a festa não é somente boa para dela se participar, é também boa para pensar” (Perez, 2002: 18).

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Martha. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

AMARAL, Rita *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que 'não é sério'* São Paulo, USP, 2005 (Tese).

ALMEIDA, Marcelina *Fé na modernidade e tradição na fé: a catedral da Boa Viagem e a capital* Belo Horizonte: UFMG, 1993 (Dissertação).

ALMEIDA, Marcelina *Catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição* DUTRA, E. (Org.) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996.

ANDRADE, Luciana Teixeira. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Editora C/Arte, 2004.

AUGÉ, Marc. *Não- lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

ÁVILA, Afonso *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ÁVILA, Afonso *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.

BARRETO, Abílio *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BAUDRILLARD, Jean *Modernidade. Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps*. (Tradução Léa Perez e Francisco Coelho dos Santos) Paris, Editions L'Equerre, 1982.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BINDE, João Luis *Resenha: Não-Lugares – Marc Augé. Revista Antropos* Rio de Janeiro, v 2, ano 1, maio de 2008, 121 - 124. Disponível em <http://revista.antropos.com.br/downloads/Resenha%201%20-%20N%E3o-lugares%20-%20Marc%20Aug%20-%20Jo%20Luis%20Binde.pdf> Acesso dia 02 de julho de 2009.

BOSCHI, Caio *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense/Ática. 1986.

CALLOIS, Roger *O homem e o sagrado* Lisboa: Edições 70, 1988.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. As alegorias no carnaval carioca: visualidade espetacular e narrativa ritual. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, 2006.

CHAMON Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais 1815-1845* Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHICANA, Luciana Chama que não se apaga *Revista de História da Biblioteca Nacional* ano 4, nº 45, junho 2009.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COLEÇÃO LINHARES DIGITAL Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais; Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=3>. Vários acessos.

CRAPANZANO, Vincent. A cena: lançando sombra sobre o real. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2008.

DAMATTA, Roberto Carnavais, paradas e procissões: reflexões sobre o mundo dos ritos. *Religiao e Sociedade*, v. 1, Maio de 1977.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAMATTA, Roberto. *O que faz brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DEL PRIORI, Mary *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DEL PRIORI, Mary *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

DERRIDA, Jacques *A farmácia de Platão* São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIAS, Padre Francisco Martins *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro: Xerox do Brasil, 1997.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUARTE, Regina Horta. À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, Dezembro de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a03v10n2.pdf> Acesso dia 06 de agosto de 2008.

DURKHUEIM, Émile *As formas elementares da vida religiosa* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVIGNAUD, Jean *El Sacrificio Inútil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

DUVIGNAUD, Jean *Evene* Disponível em: <http://evene.fr/celebre/biographie/jean-duvignaud-4000.php> Acesso dia 10 de setembro de 2006.

DUVIGNAUD, Jean *Festas e cívicaizações*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ELIADE, M. *Tratado de História das Religiões* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRETTI, Sérgio *Religião e festas populares* Maranhão: Grupo de pesquisas em religião e cultura popular/UFMA, 2007. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Religiao%20e%20Festas%20Populares.pdf> Acesso dia 23 de agosto de 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História* São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14007.pdf> Acesso dia 10 de março de 2009.

FREITAS, Jacira de. Linguagem natural e música em Rousseau: a busca da expressividade. *Trans/Form/Ação* Marília, v. 31, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a03.pdf> Acesso dia 09 de julho de 2009.

FURTADO, Júnia Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da historiografia* Ouro Preto, n.2, março 2009.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia* São Paulo, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3231.pdf> Acesso dia 05 de julho de 2008.

GIUMBELLI, Emerson *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002 a.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.17, n.48, 2002 b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13951.pdf>. Acesso dia 02 de junho de 2009.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2.pdf> Acesso dia 05 de julho de 2009.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. DUTRA, E. (Org.) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996.

KANTOR, Iris. *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na sé de Mariana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. (Dissertação).

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

LE GOFF, Jacques; MORAIS, Reginaldo C. Corrêa de. *Por amor as cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEIRIS, Michel *Espelho da tauromaquia* São Paulo: Cosac Naify, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO e SOUZA, Laura. Festas barrocas e a vida cotidiana em Minas Gerais. JANSÓN, István e KANTOR, Iris (org) *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. v.1, São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

MONTES, Maria Lúcia. Entre o arcaico e o pós-moderno: heranças barrocas e a cultura da festa na construção identitária brasileira. *Revista Sexta-Feira Festas*, nº 2, abril. Disponível em: http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/entre_o_arcaico.pdf Acesso dia 28 de abril de 2006.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *A Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Mara Regina. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII-XIX* Porto Alegre, UFRGS, 2006 (Tese).

NAVA, Pedro. *Beira-mar* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

OLIVEN, Ruben *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

OZOUF, Mona A festa: sob a revolução francesa LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006 (Dissertação).

PEREZ, Lea Antropologia das efervescências coletivas PASSOS, Mauro (org) *A festa na vida*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREZ, Léa Freitas. Dionísio nos trópicos. *Anais do I Colóquio Festas e Sociabilidades*. Aracaju/SE: UFSE, 2008.

PEREZ, Lea *Festas e viajantes nas Minas oitocentistas*. (sem data). Disponível em <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a39-lfreitas.pdf> Acesso dia 22 de junho de 2009.

PINTO, Aline Magalhães *História, Tempo e Linguagem: sobre as possibilidades da desconstruções para o saber histórico*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 (Dissertação).

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAHLINS, Marshall *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SAHLINS, Marshall *Ilhas de História* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SALGEIRO, H. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. FABRIS, A. (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp. 1982.

SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo as romarias portuguesas* (2ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, outubro 2001.
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaisReligiao/article/viewFile/2168/889>

SEGALEN, Martine *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, G O Estrangeiro *Simmel: Sociologia* São Paulo: Ática, v. 34, 1983, p. 182-188.

SINGER, Paul. Belo Horizonte. SINGER, Paul *Desenvolvimento econômico e evolução urbana - análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SOUZA, Mello de M. *Parati a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora Tempo Brasileiro, 1997.

TINHORÃO, José Ramos *As festas no Brasil Colonial* São Paulo: Editora 34, 2000.

TOURAINÉ, Alain *Crítica da Modernidade* Petrópolis: Vozes, 1997.

TRÍAS, Eugênio. Pensar a religião: o símbolo e o sagrado DERRIDA, Jacques e VATTIMO, Gianni (orgs.) *A religião* São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

TURNER, Victor *O processo ritual: estruturas e antiestruturas* Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold *Os Ritos de Passagem* Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. O que a religião pode fazer pelas ciências sociais? *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.19, 1998, p. 09-17.

WEBER, Max *A ética protestante e o espírito do capitalismo* São Paulo: Pioneira, 1996.